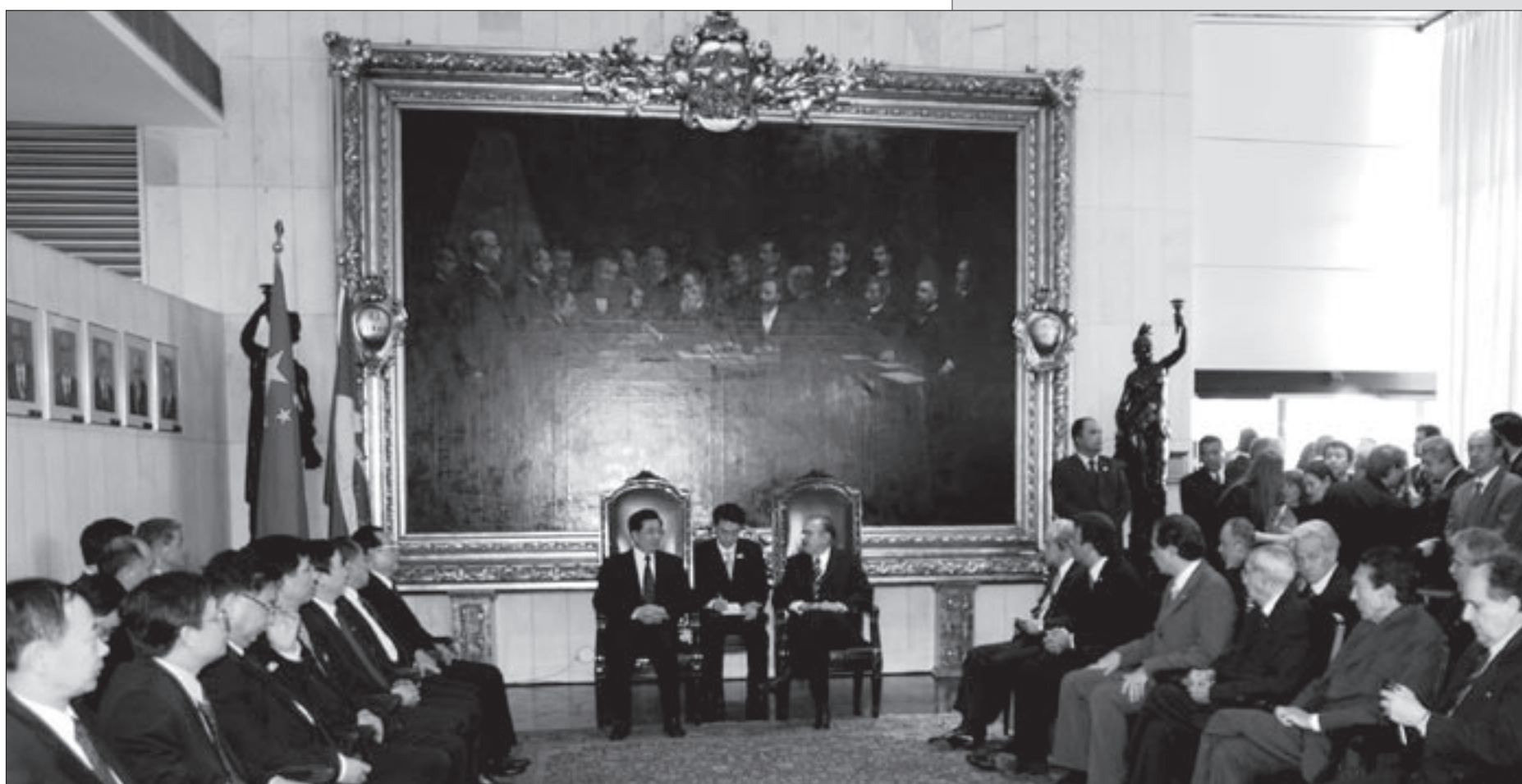


Parcerias podem ter decisão da CAE na terça-feira. Plenário retoma exame de mudanças na Justiça

Acordo deve garantir a votação de PPPs e reforma do Judiciário

PÁGINAS 2 E 7



GERALDO MAGELA

Hu Jintao e José Sarney, entre ministros e parlamentares chineses e senadores brasileiros

ORÇAMENTO

Relator da proposta orçamentária de 2005 projeta salário mínimo de R\$ 283,72, maior que o calculado pelo governo.

PÁGINA 2

HEMOBRÁS

Empresa deve garantir produtos hemoderivados aos pacientes do Sistema Único de Saúde. Projeto vai à sanção presidencial.

PÁGINA 6

Aprovada divulgação de contas públicas na Internet

A exigência pode ser acrescentada à Lei de Responsabilidade Fiscal e inclui qualquer tipo de despesa, receita e licitação. A matéria será examinada pela Câmara.

PÁGINA 6

Vai à sanção projeto que incentiva pesquisa científica

Projeto dá ao criador direito de participação nos ganhos pelo uso do invento. Empresas que investirem em pesquisa terão preferência nas compras governamentais.

PÁGINA 6

O Brasil está mais perto da China

Depois de assinar diversos acordos com o governo brasileiro, o presidente da China, Hu Jintao, e comitiva foram homenageados no Congresso. Hu Jintao citou a visita de Sarney à China, em 1988, quando Deng Xiaoping afirmou que o século 21 será do Oceano Pacífico e da América Latina. Sarney disse que as relações Brasil-China rendem "significativos resultados". O deputado João Paulo Cunha destacou que os chineses já são o terceiro maior mercado para produtos brasileiros.

PÁGINA 9

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

cidadania

Os cuidados necessários com a preparação dos alimentos

PÁGINA 16

Uso de protetores garante maior qualidade da alimentação



JOSE CRUZ

agenda

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Parceria público-privada – A CAE deve votar o projeto que regulamenta as parcerias público-privadas na administração pública (PLC 10/04). A proposta tramita na Casa desde fevereiro deste ano e, para ir ao Plenário, ainda tem de ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). **Autor:** Poder Executivo. **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).



Dedução – Projeto permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (PLS 81/02). **Autor:** então senador Carlos Wilson (PTB-PE). **Relator:** senador Pedro Simon (PMDB-RS).

11h – EDUCAÇÃO

Revalidação de diplomas – Proposta determina o prazo de seis meses para que as universidades públicas decidam sobre a concessão ou não de revalidação dos diplomas de graduação e pós-graduação de cursos feitos no exterior (PLS 498/03). **Autor:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). **Relator:** senador Cristovam Buarque (PT-DF).



Nova universidade – Proposição autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Maranhão. **Autor:** senador João Alberto (PMDB-MA). **Relator:** senador Edison Lobão (PFL-MA).

SEGUNDA-FEIRA

Não há sessão por conta do feriado.

TERÇA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária

Judiciário – O Plenário discute os 165 destaques apresentados pelos senadores à proposta de reforma do Judiciário (PEC 29/00). O texto básico da reforma foi aprovado em primeiro turno em julho deste ano. Para seguir à Câmara dos Deputados, tem de ser votado em segundo turno pelo Senado. Entre as principais mudanças propostas estão o controle externo do Poder Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça, e a súmula vinculante, que obriga os juízes de primeira instância a seguirem as posições adotadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). **Autor:** ex-deputado Hélio Bicudo. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

Biblioteca Nacional – A proposta regulamenta o depósito legal das publicações na Biblioteca Nacional, ou seja, a exigência de que os impressores de qualquer obra no país forneçam uma ou mais obras ao acervo da Biblioteca Nacional (PLS 110/88). O objetivo do projeto é assegurar o registro e a guarda da produção intelectual brasileira. **Autor:** ex-senador Jarbas Passarinho. **Relator:** senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Café – Projeto de resolução cria o Grupo Parlamentar Internacional do Café com o objetivo de proteger o setor cafeeiro nacional e incentivar as relações entre o Poder Legislativo de países produtores

14h – SUBCOMISSÃO DO TURISMO

Orçamento – A comissão realiza audiência pública para ouvir o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia. Ele fala sobre a proposta orçamentária da sua pasta para o próximo ano. A audiência foi solicitada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

14h30 – SUBCOMISSÃO DO IDOSO

Instalação – Os senadores promovem a reunião de instalação da subcomissão. Na ocasião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

14h30 – INFRA-ESTRUTURA

Indicação – O colegiado analisa



de café e organizações parlamentares internacionais semelhantes (PRS 55/03). **Autor:** senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). **Relator:** senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Exploração sexual – Consta ainda da pauta projeto que busca atualizar a legislação atual (PLS 253/04). Entre as principais mudanças, está a inclusão da violência sexual contra pessoas do sexo masculino no crime de estupro, além do aumento da pena para a infração. **Autor:** CPI da Exploração Sexual.

Pedofilia – Outra proposta da CPI da Exploração Sexual torna mais clara a lei contra a distribuição de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes por meios de comunicação ou pela Internet (PLS 255/04). O texto tipifica como crime o ato de fotografar cenas pornográficas ou de sexo explícito com menores de idade, para evitar a ambigüidade da legislação atual sobre essa ação. **Autor:** CPI da Exploração Sexual.

Prostituição – O Plenário pode discutir ainda projeto que fecha definitivamente motéis, pensões ou

similares que sejam autuados mais de uma vez por hospedarem crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou sem a sua autorização (PLS 255/04). A legislação atual prevê multa e, no caso de reincidência, impede o funcionamento do local por apenas 15 dias. **Autor:** CPI da Exploração Sexual.

QUARTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária

Cultura – O Plenário promove a quinta e última sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição que cria o Plano Nacional de Cultura (PEC 57/03). A iniciativa tem como propósitos o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que promovam a defesa do patrimônio cultural brasileiro e a formação de pessoal qualificado para a gestão cultural, entre outras. **Autor:** deputado Gilmar Machado (PT-MG). **Relator:** Marcelo Crivella (PL-RJ).

QUINTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária

Homenagem – Projeto propõe que o aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, passe a se chamar “Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha Carlos Drummond de Andrade”, uma forma de homenagear o famoso poeta mineiro (PLC 83/03). **Autor:** deputado Jaime Martins (PL-MG). **Relator:** senador Aelton Freitas (PL-MG).

SEXTA-FEIRA

9h: Sessão não deliberativa

a indicação de Ronaldo Herbst Dotta para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), na vaga deixada por Tarcisio Jorge Caldas Pereira. **Autor:** Poder Executivo. **Relator:** senador Paulo Octávio (PFL-DF).



Cobrança – Consta ainda na pauta do colegiado projeto que busca proibir a cobrança de qualquer tarifa para que sejam religados os serviços prestados por concessionárias de distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento. **Autor:** deputado Carlos Wilson. **Relator:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Senado vota terça-feira a reforma do Judiciário

O Senado deve retomar a votação da reforma do Judiciário nesta terça-feira. O texto básico foi aprovado no início de julho, em primeiro turno, mas ficaram para serem analisados depois os mais de 160 destaques à proposta, que altera a Constituição em vários pontos. Depois dos destaques, ainda haverá a votação de segundo turno, sempre com a exigência de 3/5 dos votos para sua aprovação. Passada essa fase, a parte que não foi modificada pelos senadores poderá ser promulgada. Os dispositivos alterados terão de retornar à Câmara dos Deputados para novo exame.

– Está tudo pronto para terminar a votação. O texto básico já foi aprovado e já há entendimento sobre as emendas de destaque que irão para voto e as que serão

descartadas. Há 90 dias que a matéria está totalmente pronta para ser votada – informou o senador José Jorge (PFL-PE), relator da reforma.

Na semana passada, ele apresentou um resumo da reforma, que tramita no Congresso desde 1992. O senador ressaltou que a matéria é uma obra coletiva, exemplificando com as 14 audiências públicas realizadas no Senado para discutir o tema, com participação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tribunais superiores, bem como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e entidades representativas de magistrados e do Ministério Público.

José Jorge destacou entre os pontos principais da reforma a criação da súmula vinculante, que obriga os juízes, e também a



José Jorge informa que já há consenso sobre destaques que deverão ser apreciados

administração pública direta e indireta, a acatar reiteradas decisões do STF. Ele também ressaltou a súmula impeditiva de recursos.

Após a votação da reforma, o Plenário poderá se debruçar sobre outras propostas de emenda à Constituição (PECs), como a PEC 64/99, que determina o comparecimento do presidente da República à sessão de abertura do ano legislativo no Congresso Nacional.

Jucá anuncia o relatório preliminar do Orçamento

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou sexta-feira a versão preliminar do seu parecer sobre a Proposta Orçamentária de 2005 enviada pelo governo ao Congresso Nacional. Relator do projeto de lei na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o parlamentar procedeu a uma reavaliação dos indicadores para o próximo ano, como a inflação, o crescimento da economia e o salário mínimo, que pelo relatório iria para R\$ 283,72 – o valor inicial era de R\$ 281,28.

– Estamos levando em conta o crescimento do produto interno bruto. O aumento é pequeno, mas há espaço político para discutir um valor maior.

Para Jucá, o projeto deverá ser votado até o fim do ano. Ele comemorou a volta dos trabalhos

da CMO, após decisão do presidente do Senado, José Sarney, de reeditar a Resolução 1/01, que disciplinou o funcionamento do colegiado até agosto, quando seu prazo de validade expirou. A falta de regras impediu a votação de matérias importantes, como créditos para obras federais, situação bastante criticada pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

A decisão de Sarney foi anunciada ao final de reunião na quinta-feira com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha. O presidente do Senado afirmou que deputados e senadores se unirão para que o Legislativo tenha condições de votar o Orçamento ainda este ano. Ele explicou que procurava o entendimento com João Paulo para solucionar o impasse.

REFORMA POLÍTICA Eleições reacendem debate sobre o melhor sistema de votação: obrigatório ou facultativo

Voto: direito ou dever do cidadão?

As últimas eleições realizadas no Brasil e nos Estados Unidos trouxeram novamente à tona o debate sobre o melhor sistema de voto, obrigatório ou facultativo. Enquanto nos EUA, onde o voto é facultativo, o baixo número de eleitores que comparecem às urnas (pouco mais de 50%) é apontado como fator de redução de legitimidade do eleito, no Brasil, que adota o voto obrigatório, o absentismo e

o elevado número de votos brancos e nulos são vistos como fator negativo à democracia.

O debate gira em torno de duas interpretações: a que encara o voto como um direito exercido livremente pelo cidadão e a que o considera um dever que transforma o indivíduo em cidadão na sociedade democrática.

Quando o voto é facultativo, argumentam seus defensores, a escolha consciente e qualificada

é privilegiada. Já aqueles que vêem vantagens no voto obrigatório alegam que a participação da maior quantidade de pessoas é importante para o fortalecimento da democracia.

– Argumentos existem para ambos os lados – afirma o consultor legislativo do Senado Eu-

rico Cursino dos Santos.

Cerca de apenas 30 países adotam o voto obrigatório, metade deles na América luso-hispânica. As democracias mais antigas e dos países mais desenvolvidos, via de regra, adotam o voto facultativo, como a França, a Inglaterra, o Canadá e os EUA.

Mercadante quer corrigir falhas na campanha eleitoral

O voto passou a ser obrigatório e secreto no Brasil em 1932. A Constituição de 1988 manteve essa tradição, determinando que o voto é secreto, direto e obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e adolescentes de 16 anos e 17 anos.

Com essa sistemática, em 2004, dos 121,3 milhões de eleitores aptos a votar, 95,1 milhões de votos válidos foram computados para prefeito. Ou seja, 21,6%

dos eleitores não compareceram às urnas, votaram em branco ou anularam o voto. Esse número poderia ser ainda maior com o voto facultativo: em pesquisas realizadas na década de 90, cerca de metade dos eleitores disseram que não iriam às urnas se não fossem obrigados.

Por conta de questões como essa, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu a instalação de uma subcomissão na Comissão de Justiça



Mercadante (E) propõe criar uma subcomissão, no âmbito da CCJ, presidida por Edison Lobão, para discutir a reforma eleitoral

(CCJ) para discutir a reforma eleitoral. Segundo Mercadante, foram identificados problemas na última eleição, relacionados principalmente ao direito de resposta no horário eleitoral e ao financiamento de campanhas.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), disse que fará o possível para formar a subcomissão, pois, caso a legislação não seja alterada até outubro de 2005, as eleições de 2006 seguirão as regras atuais.

Apesar das sanções, eleitores faltosos têm sido anistiados

As sanções impostas pela legislação para quem deixa de cumprir o dever de votar são consideradas brandas. Aquele que não comparece às urnas e deixa de justificar a ausência, em até 30 dias após a eleição, deve pagar multa em valor que pode variar de 3% a 10% do salário mínimo (entre R\$ 7,8 e R\$ 26).

Para quem deixou de votar e não justificou ausência em pleitos até a década de 90, o Congresso aprovou leis que anistiam os eleitores. Desde 1947, foram aprovados 20 projetos de anistia.

– A obrigatoriedade do voto não tem ocorrido, visto que após os pleitos eleitorais são aprovados projetos anistiando os faltosos – conclui o relatório da comissão especial do Senado que analisou a reforma política, em 1998.

Quem está com situação irregular junto à Justiça Eleitoral não pode:

- inscrever-se em concurso público ou tomar posse em cargo público;
- caso seja servidor público ou de empresa estatal, não receberá o salário já no segundo mês após a eleição;
- participar de concorrência pública;
- obter empréstimo em instituição pública de crédito;
- tirar passaporte ou carteira de identidade;
- renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;
- praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do Imposto de Renda.

Mais qualidade na escolha

O principal argumento em favor do voto facultativo é que o cidadão deve ter liberdade para decidir se deseja se expressar pelo voto sem sofrer qualquer sanção do Estado. Apenas o eleitor disposto a participar do debate político e a pensar o futuro da nação iria às urnas, qualificando o processo eleitoral.

– A obrigatoriedade é um contra-senso. O voto é um direito, que deve ser exercido com liberdade. O eleitor deve se dirigir à urna consciente da necessidade de votar e não constrangido por imposições legais. O voto facultativo forçará uma melhora na atividade política, não tenho dúvida disso – afirma o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

– Como democratistas, somos forçados a reconhecer que o cidadão deve ter a liberdade de optar por votar ou não votar – sintetiza o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Essas alegações também foram usadas pela comissão especial do Senado que analisou a reforma política, em 1998, e apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para instituir o voto facultativo. Porém, essa e todas as outras PECs sobre o assunto nunca prosperaram.

Redução de votos brancos e nulos

O relatório da comissão também sustenta que, de acordo com pesquisas do Vox Populi e Ibope realizadas na década de 90, cerca de dois terços dos brasileiros são favoráveis à adoção do voto facultativo. Além disso, a comissão acredita que, com o voto facultativo, haverá mais liberalidade para a realização de plebiscitos e referendos, pois apenas as pessoas que têm opinião sobre determinado assunto teriam motivação para votar. Além disso, estima-se que, com o voto facultativo, o número de votos nulos e brancos se reduziria a níveis ínfimos.

– Uma multidão conduzida mediante constrangimento às urnas tem a mesma decisão eleitoral de uma boiada – escreveu o consultor do Senado Paulo Henrique Soares.



"Voto é um direito, que deve ser exercido com liberdade", afirma Maguito Vilela

VOTO FACULTATIVO

VOTO OBRIGATÓRIO

Construção da cidadania

O exercício do voto não é apenas um direito, mas também um dever. É esse entendimento que apóia os defensores do voto obrigatório: somente a participação do eleitor no processo eleitoral pode transformá-lo em cidadão ativo.

– O voto é um dever que o cidadão deve cumprir para garantir a continuidade da vida democrática. O voto reflete o momento em que a pessoa é capaz de perceber-se como cidadã, participante ativa do processo democrático – afirma o senador Leonel Pavan (PSDB-SC), lembrando que, no atual sistema, o eleitor mantém o direito de escolher um candidato, votar em branco ou anular o voto.

A obrigação de votar leva a um grande comparecimento às urnas, aspecto visto como forma de legitimar a democracia. No Brasil, depois de ter atingido 40% do total de eleitores, a soma de abstenção, nulos e brancos vem caindo nas últimas eleições para cerca de um quarto do eleitorado.

Obrigatoriedade é fator de inclusão

Quem defende o voto obrigatório também acredita que o sistema é um fator de inclusão, já que pobres e ricos são iguais na expressão de suas vontades. Em países que adotam o voto facultativo, a tendência é que eleitores com maior nível de escolaridade e maior poder aquisitivo compareçam às urnas. Nesse cenário, se o pobre não escolher seus representantes, poderá se tornar um cidadão ignorado pelas campanhas eleitorais.

– Corremos o risco de, com o voto facultativo, aumentarmos a exclusão social, não somente porque os eleitores das áreas periféricas serão menos

atendidos, mas também porque os próprios candidatos não terão interesse em se interessar dos problemas que afetam a população carente, sobretudo num país que se caracteriza pela enorme diferença de renda regional – entende o senador Marco Maciel (PFL-PE).



Para Maciel, se não votar, população carente será ignorada pelos candidatos

Elite não confia no bom senso da maioria dos brasileiros

A argumentação usada tanto pelos favoráveis ao voto facultativo quanto pelos adeptos ao obrigatório remete ao insuficiente amadurecimento do povo brasileiro no exercício da democracia. Para o consultor legislativo do Senado Paulo Henrique Soares, essa visão é preconceituosa e embute um autoritarismo da elite nacional.

– A crença é a de que o povo não sabe o que é democracia ou participação política, necessitando de um auxílio da parte dos entendidos para que possa compreender o processo político – aponta Soares.

Para os favoráveis ao voto facultativo, apenas os eleitores com grau de consciência e motivação para participar do pleito votariam, elevando a qualidade do processo eleitoral. Já os adeptos do voto obrigatório argumentam que o exercício compulsório da democracia faria com que os indivíduos “aprendessem” a votar, especialmente em um país marcado por grandes disparidades socioeconômicas e educacionais, como o Brasil.

– As pessoas letradas desconfiam das mais humildes, desprezam o bom senso da maioria dos cidadãos, constituída de pessoas simples, porém sábias para avaliar candidatos. A elite acredita que somente pessoas de nível intelectual alto têm capacidade para votar “corretamente” – afirma Soares.

Hoje, população tem acesso a informação

Esse raciocínio, segundo o consultor, não leva em consideração que cerca de 80% da população brasileira vivem hoje em grandes centros urbanos e têm maior acesso a informação pelos meios de comunicação de massa que em qualquer outro momento histórico.

– Ainda se pensa que o eleitor brasileiro está em estágio político inferior para o exercício da democracia, havendo necessidade de que alguém superior, como o Estado, acompanhe-o, ensinando-o como exercitá-la – observa o consultor.

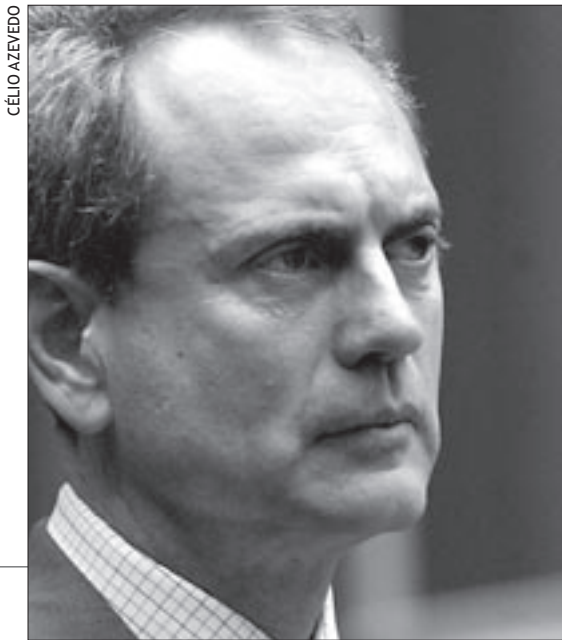


A data das eleições deve ser unificada?

Tramitam no Congresso duas propostas de emenda constitucional que modificam a legislação eleitoral no sentido de unificar a data das eleições municipais, estaduais e federais. A primeira (PEC 03/99), apresentada pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) quando ainda era deputado

federal, está pronta para votação na Câmara dos Deputados. A outra (PEC 20/04), do senador Sibá Machado (PT-AC), aguarda parecer da Comissão de Justiça do Senado. Ao debater a questão, Paulo Octávio afirma que a coincidência dos pleitos reduz os custos do processo

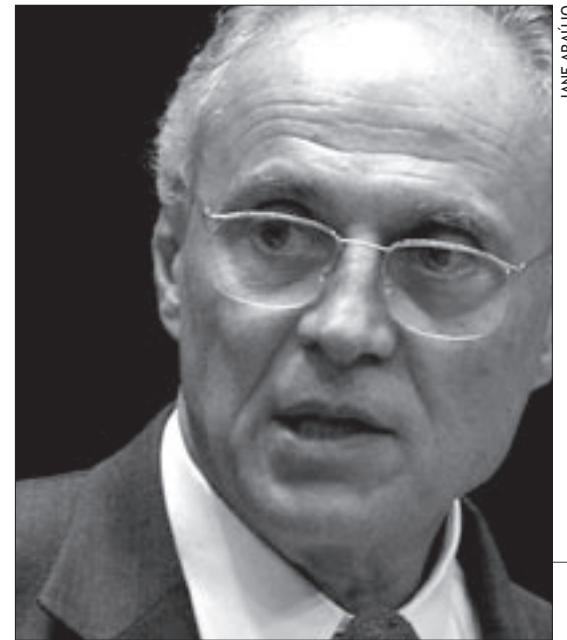
eleitoral e fortalece a governabilidade. Contrário à medida, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) adverte que as questões municipais ficarão diluídas nos debates estaduais e nacionais e critica a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores.



PAULO OCTÁVIO

"A descontinuidade administrativa, o mais grave problema da administração pública, terá fim com a unificação"

"A unificação não é operacional, pois seria necessário digitar 26 números na urna, o que dificulta a escolha, para muitos eleitores"



EDUARDO SUPLICY

SIM

Calendário atual custa caro ao país e banaliza o exercício do voto

Após o período eleitoral, julgo oportuno trazer à discussão a proposta de emenda à Constituição que unifica as eleições de todos os cargos eletivos dos poderes Executivo e Legislativo, nos três níveis da Federação.

Essa proposta de emenda constitucional de minha autoria vem sendo exaustivamente analisada, ao longo dos cinco anos em que tramita na Câmara – especialmente na comissão especial, onde foi aprovado o substitutivo do deputado Eduardo Sciarra. Ora em vias de ser votado, ele estabelece a modificação temporária dos mandatos de prefeitos e vereadores para período de seis anos no

próximo pleito, de modo que, em 2014, as eleições já possam estar unificadas. Os ministros Luiz Carlos Madeira, do Tribunal Superior Eleitoral, e Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal, já se pronunciaram quanto à pacífica juridicidade e constitucionalidade da proposição.

Em conversa com o presidente da Câmara, deputado João Paulo, pedi prioridade à matéria. Ele se manifestou favoravelmente e prometeu empenhar-se para a votação neste ano, apesar das MPs que obstruem a pauta da Casa.

Essa emenda constitucional possibilitará uma enorme redução nos custos operacionais do processo eleitoral, além de permitir captar a vontade popular de forma mais constante, equilibrada e isenta. Para financiar os gastos das eleições deste ano, o governo federal repassou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mais de R\$ 600 milhões. Com a unificação das eleições e sua realização a cada quatro anos, os gastos com equipamentos e pessoal serão reduzidos teoricamente em aproximadamente 50%,

uma vez que o dispêndio financeiro não será feito de dois em dois anos.

O processo democrático também será beneficiado, já que se fará necessária uma atuação mais fiel ao projeto político defendido nas eleições. Os partidos políticos deverão ter assim uma postura firme e fiel entre seus coligados, impedindo troca de alianças, o que ocorre constantemente a cada eleição.

"Partidos estão condenados hoje a uma quase permanente corrida eleitoral"

Temos de considerar que a atual sistemática de realização de sufrágios a cada dois anos não só é cara, como banaliza o exercício democrático e condena as correntes partidárias a uma mobilização quase permanente à corrida eleitoral, com comprometimentos da qualidade das candidaturas e da gestão das plataformas.

O mais grave problema da administração pública – a descontinuidade administrativa – terá fim, uma vez que haverá mais tempo para executar projetos que tenham interdependência com o Executivo, em suas esferas federal, estadual e municipal. Hoje, na maioria das vezes, os prefeitos exercem mandatos com dois governadores e dois presidentes da República diferentes, o que resulta na interrupção de obras que não podem ser executadas em apenas dois anos.



NÃO

Pleito separado valoriza o município e fortalece a democracia

Os constituintes de 1988 organizaram o processo eleitoral brasileiro alternando as eleições municipais, estaduais e federais a cada dois anos porque consideraram que assim seria mais saudável para a consolidação da incipiente democracia brasileira.

A separação das eleições visa possibilitar discussões mais profundas dos assuntos estaduais, nacionais e até mundiais, mais abrangentes, e também dos assuntos municipais, característicos de cada cidade. Isso é um sinal de respeito às atribuições locais, onde em pequenas cidades o debate é familiar. Além do que o exercício do voto conscientiza o eleitor da importância de suas escolhas e contribui para o amadurecimento das instituições democráticas nacionais.

Desde 1988, a história está a demonstrar que nossos constituintes estavam corretos. Isso pode ser observado no pleito deste ano de 2004, em que o processo eleitoral brasileiro, em 5.561 municípios, transcorreu sem nenhum incidente grave. Levando-se em conta, inclusive, a realização do 2º turno nos

municípios com mais de 200 mil habitantes, onde, no 1º turno, nenhum dos candidatos alcançou 50% dos votos válidos, as desavenças permaneceram no plano das idéias.

Devemos nos lembrar que há 40 anos, em 1964, o processo eleitoral foi bruscamente interrompido e que há 20 anos tivemos o movimento das Diretas Já, evidenciando a vontade do povo brasileiro de escolher pelo voto direto os seus representantes nos parlamentos e no Executivo.

Foi muito importante para nossa democracia a realização de eleições em todo o país na mais perfeita ordem e com uma grande diversidade de candidatos vencedores, dos mais variados partidos políticos, demonstrando que o sistema multipartidário, apesar das imperfeições, está em pleno funcionamento.

Não creio que o argumento de que o Congresso Nacional não funciona bem em parte do ano eleitoral tenha fundamento, pois o que o país ganha ao realizar as eleições municipais compensa essa perda. Isso sem falar que a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores, de quatro para seis anos, seria um casuísmo totalmente inaceitável.

Ademais, no plano operacional, o Tribunal Superior Eleitoral informou à Comissão Especial da Câmara que será necessário, caso haja a unificação das eleições municipais com as estaduais e federais, digitar-se 26 números dos candidatos na urna eletrônica, o que poderia tornar muito mais difícil a escolha, para muitos eleitores.

"Prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores seria casuísmo"

PLENÁRIO Para afastar risco de censura prévia, senadores decidiram aprovar projeto em vez de medida provisória

Bloqueador versus programa inadequado

A reação das emissoras de televisão e de senadores que temiam a implantação da censura prévia dos programas acabou por abortar, na semana passada, no Senado, a aprovação do projeto de conversão da Medida Provisória 195, que já havia sido acolhido na Câmara. A medida, além de prorrogar por mais dois anos o prazo para que as indústrias equipassem os aparelhos com bloqueadores de programação, estabelecia regras para a classificação de programas e multas altas para os infratores, de até R\$ 100 mil. Depois de reuniões dos senadores com empresas de comunicação e com o governo, nas duas últimas semanas, foi fechado acordo para a rejeição da MP. Em seu lugar, foi aprovado projeto de lei do senador Tião Viana (PT-AC), que garantiu a alteração na data-limite para

que a indústria fabricante de televisores instale os bloqueadores, resolvendo um impasse, já que a MP rejeitada perderia a sua validade ontem. O prazo foi dilatado para 31 de outubro de 2006. O projeto será, agora, votado pela Câmara.

Já na semana anterior, quando a MP entrou na pauta de votação, senadores vinham se manifestando contra as alterações feitas na Câmara. Heráclito Fortes (PFL-PI) chegou a pedir a retirada da proposta, para que o assunto fosse analisado melhor. De acordo com o senador, a matéria introduzia uma série de dispositivos que poderiam dar margem à censura prévia.

A lei que introduz o bloqueador foi aprovada em 2001, mas terminou sendo prorrogada por medida provisória, para que as indústrias tivessem mais tempo de se adequar às mudanças.



Dispositivo para proteger crianças e jovens de cenas desaconselháveis será instalado dentro de dois anos



Projeto de Tião Viana resolveu impasse em torno da matéria

Heráclito: emissoras consideraram texto perigoso

"As redes de televisão avaliaram que o texto (do projeto de conversão) era perigoso, não estabelecendo limites e diretrizes ao novo regulamento", afirmou Heráclito Forte (PFL-PI), que citou o fato de não estar definido na matéria se os telejornais passariam a ter classificação.

Outro problema apontado pelo senador foi o fato de a MP fixar prazo para as indústrias instalarem os bloqueadores, enquanto não estabelecia prazo com re-

lação aos dispositivos sobre classificação indicativa.

– Essas medidas poderiam ter vigência imediata, dependendo apenas de decreto do presidente da República – argumentou Heráclito.

As emissoras também contestaram o item que abria a possibilidade de ser firmado convênio entre governo, estado e municípios, além de entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de proceder à classificação

indicativa dos programas regionais.

De acordo com o projeto de lei de conversão oriundo da Câmara dos Deputados, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana também passaria a ser ouvido na classificação indicativa.

Vários senadores apoiaram o acordo fechado para a rejeição da proposta de conversão, entre eles Hélio Costa (PMDB-MG). O parlamentar salientou que uma tecnologia adequada para a instalação de dispositivos que permitem o bloqueio de programas "virá com a implementação da TV digital no país".

Fantazzini elogia o projeto da Câmara

O deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), autor do texto do projeto de conversão aprovado pela Câmara, lamentou que a proposta tenha sido derrubada pelo Senado. "Os senadores se curvaram ao monopólio exercido pelas grandes emissoras de TV, abrindo mão de zelar pelo interesse público", criticou o deputado.

De acordo com Fantazzini, a conversão da medida provisória foi amplamente discutida na Comissão de Direitos Humanos e Minorias e introduzia dispositivos mais eficientes de controle da qualidade dos programas.

O deputado é autor do Projeto de Lei 1.600/03, que cria um Código de Ética para a Programação Televisiva Brasileira. Leis semelhantes, de acordo com o parlamentar, já são aplicadas nos Estados Unidos e em países da Europa. Para Fantazzini, a instalação de bloqueadores de programas representa "apenas um paliativo ao problema".

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias apóia a campanha nacional "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", que já levou vários convidados para debates na Câmara sobre a qualidade dos programas de TV. Já as emissoras reagem à aprovação de um código de ética sem que haja uma ampla discussão, com a participação das empresas de comunicação.



Mães avaliam importância do equipamento nos televisores

No caso das crianças, o bloqueador será um instrumento importante, mas, com relação aos adolescentes, a medida se tornará inócua, afirma a funcionária Amanda Martins Bellorío, que trabalha no Ministério da Saúde e tem uma filha, Alexis, de 5 anos.

– A TV exerce grande poder sobre a criança e temos programas bons, como os da TV Educativa – acrescenta Amanda. Ela diz que gostaria de poder bloquear programas que considera violentos, como alguns desenhos animados que estimulam lutas e confrontos.

Na TV por assinatura, a servidora vê com bons olhos os filmes passados no canal Discovery Kids.

Com cinco crianças em casa, entre dez e 13 anos – filhos e sobrinhos –, a advogada Lúcia Castro Vieira é partidária de uma convivência boa entre pais e filhos para estabelecer limites, mas reconhece que, com os mais novos, o bloqueador pode ser uma saída. "As crianças são curiosas e querem ter acesso a tudo. Como hoje os adultos ficam mais tempo fora de casa, o acesso a todo o tipo de programa fica liberado."

Especialistas defendem o diálogo com os filhos

A utilização de bloqueadores de programação provoca grande discussão sobre o papel da família na formação da criança e do adolescente. Psicólogos questionam o baixo nível da programação exibida pelas televisões, mas preferem o diálogo permanente entre pais e filhos, para que eles possam fazer uma boa opção, quando assistem à TV, à censura da programação indesejada.

– Hoje, com os pais no trabalho, a criança acaba estimulada a gastar parte do seu tempo assistindo a programas que, em sua maioria, nada acrescentam à sua formação, e dependendo da faixa etária o bloqueador talvez possa ser uma alternativa – afirma a psicanalista Ângela Pires, membro do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, mesmo resistindo a ver essa alternativa como uma boa solução. Ela defende a necessidade de outras formas de lazer, afirmando que "lugar de criança não é na frente de uma televisão".

Ângela Pires chama a atenção para os efeitos negativos de programas com forte apelo erótico e que estão fazendo com que a sexualidade se manifeste cada vez mais

cedo. "É preciso ver a que preço isso acontece, já que, provavelmente, será alguns anos depois que as marcas deixadas por mensagens, eróticas ou de violência, serão significadas por aquela criança", alerta.

Mensagens precoces às crianças

A especialista, que atua com crianças internadas em UTIs, e seus familiares, explica que irmãos menores não podem visitar o doente, "em função do não amadurecimento do aparelho psíquico".

– O contato com a realidade de uma UTI poderá, tempos depois, repercutir numa afirmação da criança, do tipo: "nunca terei filhos" e o mesmo pode ocorrer diante de mensagens precoces passadas a crianças e jovens pela TV – ressalta Ângela Pires.

Com relação a adolescentes, a aposta no diálogo entre pais e filhos é ainda mais importante, reforça a psicanalista mineira, diante da liberdade de ir e vir do jovem, que poderá assistir à programação que deseja em outro lugar.

PLENÁRIO

Senado aprova incentivo à pesquisa científica

O Plenário do Senado aprovou na quinta-feira, em regime de urgência, projeto do Executivo que incentiva a pesquisa científica e tecnológica em todo o país. O projeto, que vai à sanção presidencial, pretende promover maior interação entre as instituições científicas e o setor produtivo, buscando, com maior rapidez e sem burocracia, o alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial brasileiro.

O PLC 49/04, que regulamenta dispositivo constitucional, foi considerado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), fundamental para garantir a permanência do crescimento econômico sustentado do Brasil, pois, conforme Jucá (foto), estabelece os princípios para o apoio do Estado à inovação tecnológica e assegura às instituições públicas, voltadas para a área de ciência e tecnologia, a autono-



JOSÉ CRUZ

senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação (CE), disse que a aprovação do projeto de inovação tecnológica abre caminho extraordinário para a pesquisa brasileira, sobretudo para alianças estratégicas visando ao desenvolvimento de projetos de cooperação.

Segundo o parlamentar, o apoio à pesquisa contemplará as redes e os projetos nacionais e internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive

incubadoras e parques tecnológicos. Pelo projeto aprovado, o criador de uma determinada invenção terá direito à participação nos ganhos futuros por seu licenciamento ou exploração. Mais: as empresas privadas que investirem em pesquisa passarão a ter preferência nas compras governamentais.

A União poderá participar minoritariamente do capital da empresa privada de finalidade específica que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos. A propriedade intelectual, segundo a matéria, passará a pertencer às instituições detentoras do capital social, na proporção das respectivas participações. O projeto define as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) como órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica e



CÉLIO AZEVEDO

aplicada de caráter científico e tecnológico, o que engloba universidades, faculdades isoladas, centros federais de educação tecnológica e institutos ou departamentos de pesquisa dos ministérios.

O líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP) disse que, com o estímulo à ciência e à tecnologia, conforme prevê a proposta, todos os setores sairão lucrando, com reflexos positivos na economia.

Para Hélio Costa, proposta evitará êxodo de cérebros

incubadoras e parques tecnológicos.

– Essas incubadoras são fundamentais para o crescimento do parque industrial brasileiro, para o surgimento de novas indústrias não só nas grandes cidades, mas também no interior de nossos estados – observou Hélio Costa (foto).

O senador elogiou o fato de que, com esse projeto, a União e suas entidades poderão participar minoritariamente do capital de empresa privada voltada para a pesquisa.

– Isso é novidade no Brasil, mas não nos Estados Unidos, em todos os países da Europa e na Ásia. Quando um cientista inventa algo, certamente ele e a empre-

sa têm a participação, mesmo que esteja ligado originalmente a entidade pública, como uma universidade. Ainda que esteja dentro de uma instituição pública, o cientista será reconhecido como autor daquela patente e pelo seu trabalho – explicou o parlamentar, afirmando que tal mecanismo contribuirá para reduzir o êxodo de cérebros brasileiros para o exterior.

Hélio Costa chamou a atenção para a abertura e o crescimento da ciência brasileira a partir do instante em que as empresas, o poder público e as instituições de ensino superior públicas e privadas puderem colaborar entre si, usando seus laboratórios, recursos e talentos.

Criação da Hemobrás vai à sanção presidencial

O projeto de lei da Câmara (PLC 58/04) que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) foi aprovado na sessão de quarta-feira do Senado.

A empresa pública destina-se a garantir aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) o fornecimento de produtos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia. Boa parte deles atualmente é importada.

A Hemobrás ficará sediada em Brasília e poderá ter sua unidade fabril instalada em Pernambuco. Essa sugestão foi defendida pelos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e José Agripino (PFL-RN), mas será motivo de discussão posterior, uma vez que o projeto vai à sanção.

A proposta permite que a Hemobrás produza hemoderivados a partir do fracionamento do plasma (porção líquida do sangue humano) obtido no Brasil. Sua produção não vai ser comercializada. A nova empresa pública será ressarcida por serviços prestados.

Boa Vista e Rio Branco podem ganhar colégios militares

O governo federal poderá criar colégio militar em Boa Vista (RR), conforme projeto de iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) aprovado na quarta-feira pelo Plenário. A matéria recebeu emenda do relator, senador Tião Viana (PT-AC), estendendo à cidade de Rio Branco a autorização ao Executivo. Augusto Botelho (PDT-RR) se manifestou a favor da modificação proposta por Tião Viana. O projeto será agora encaminhado à Câmara dos Deputados.

Em discurso na sexta-feira, Mozarildo dirigiu apelo à Câmara para que vote com rapidez a proposta (PLS 211/02). O senador observou que, dos 12 colégios militares em funcionamento no Brasil, apenas um se encontra na Região Norte – localizado em Manaus. Ele disse que a maioria desses estabelecimentos se localiza no Sul e Sudeste. Segundo destacou, as duas novas unidades serão instaladas no Extremo Norte e no Extremo Oeste do país.

Divulgação de contas públicas pela Internet aprovada por unanimidade

O Senado aprovou por unanimidade dos 59 senadores presentes o projeto de lei (PLS 130/03) do senador João Alberto Capiberibe (PSB-AP) que obriga a exposição em tempo real, pela Internet, de todas as informações orçamentárias e financeiras da administração pública federal, estadual e municipal. O projeto acrescenta a exigência à Lei de Responsabilidade Fiscal (101/04) e inclui qualquer tipo de despesa, receita, empenho e movimentação financeira, com os respectivos números de processo, com os nomes das empresas ou pessoas beneficiárias ou pagadoras. A matéria será encaminhada ao exame da Câmara dos Deputados.

O projeto do senador João Capiberibe também obriga a instalação, em cada unidade gestora, de pelo menos dois terminais de computador liberados para consulta pública. O relator foi o senador Demostenes Torres

(PFL-GO), que em seu parecer favorável destaca a modernização representada pela proposta para a administração pública.

Capiberibe lembrou ter utilizado o sistema em sua gestão como governador do Amapá.



João Capiberibe

– O sistema impede qualquer possibilidade de superfaturamento, malversação de recursos, gastos desnecessários, desvios e qualquer forma de corrupção – disse Capiberibe.

Os senadores Heleloísa Helena (PSOL-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Magno Malta (PL-ES), Marcelo Crivella (PL-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ana Júlia (PT-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Tião Viana (PT-AC), Paulo Paim (PT-RS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ), José Agripino Maia (PFL-RN) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) elogiaram Capiberibe pelo projeto.

MP que repassa recursos a estados exportadores passa no Plenário

O Plenário aprovou medida provisória (MP 193/04) que complementa em R\$ 900 milhões os recursos a serem repassados a estados e municípios como compensação de perdas decorrentes da desoneração das exportações promovida pela reforma tributária de 2003. A aprovação se deu no dia em que expirava o prazo de validade da MP. Depois disso,

Aprovado com 50 votos a favor, 7 contra e 2 abstenções, o principal argumento dos senadores para aprovar o



Luiz Otávio

texto foi o temor de que os estados exportadores – notadamente os mais pobres – fossem ainda mais prejudicados. Senadores como Luiz Otávio (PMDB-PA) alertaram, durante as discussões, que os repasses atuais cobrem apenas 20% das perdas impostas aos estados exportadores de matérias-primas e produtos semi-elaborados.

Agripino diz que PFL e PSDB não votarão MPs de forma apressada

O senador José Agripino (PFL-RN) criticou o governo pelo número excessivo de medidas provisórias editadas, que estão impedindo os trabalhos no Congresso. Segundo ele, cerca de 30 MPs, que o Executivo pretende ver aprovadas “de forma apressada e sem discussão”, estão acumuladas e trancando as pautas da Câmara e do Senado.

Agripino rebateu com críticas supostas reclamações do Poder Executivo de que a oposição – PFL e PSDB – estaria dificultando as votações de MPs consideradas importantes para a administração pública e para o interesse do país. O parlamentar afirmou que o PFL e o PSDB “não votarão MPs sem discussão aprofundada

somente para atender aos interesses do governo e da sua base aliada”. Ele citou MPs que seu partido considera merecerem maior discussão, por serem “antiéticas”, conforme disse.

Entre as medidas provisórias mencionadas pelo senador está a que dá ao presidente do Banco Central (uma autarquia) a prerrogativa – inédita, como observou – de ser ouvido em juízo apenas pelo Supremo Tribunal Federal, em caso de ser intimado a responder denúncias contra ele, ou contra a sua administração no BC.

– A MP é imoral e exclui o Senado da discussão e das investigações – enfatizou, lembrando que Meirelles foi alvo de denúncias na imprensa de sonegação fiscal.

COMISSÕES

Restrições a empréstimos

Restrições para a concessão de empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a pessoas jurídicas controladas por residentes no exterior poderão ser votadas pelo Plenário. Emenda com esse objetivo, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao projeto original (PLS 2/00) do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), foi acatada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Criação de municípios



Tourinho

A CCJ deu mais um passo para regularizar a situação dos 53 municípios surgidos até o fim de 2000 e que enfrentam dificuldades legais pela falta de regras de transição após a Emenda Constitucional 15, de 1996. Parecer do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), acatado pela comissão na semana passada, determina que a emenda não se aplicará "aos municípios criados, incorporados, fundidos ou desmembrados, por lei estadual publicada até 31 de dezembro de 2000", desde que já tenham realizado eleições.

Direito de Adin aos partidos políticos



Magno Malta

A Comissão de Legislação Participativa (CLP), presidida por Magno Malta (PL-ES), aprovou emenda à Constituição estendendo aos partidos políticos sem representação parlamentar, mas com registro definitivo na Justiça Eleitoral, o direito de apresentar Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). A proposta foi apresentada pela Associação Comunitária de Chonin de Cima, distrito de Governador Valadares (MG).

Subcomissão para reforma sindical

A CCJ aprovou requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para que seja criada subcomissão temporária para discutir e apresentar propostas à reforma trabalhista e sindical, apontadas pelo autor como os grandes temas a serem debatidos no país já no início do próximo ano. A subcomissão também se destinará, pela proposta, à discussão de uma política econômica de promoção do pleno emprego. O parlamentar solicitou ao presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), que a subcomissão seja instalada já no início de 2005.

Comissões podem votar esta semana projeto das parcerias

O relatório do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs) está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o que deve acontecer no máximo até quarta-feira (17). A previsão é do relator da matéria na CAE, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele acredita que se tudo correr bem, conforme acerto entre as lideranças, o projeto (PLC 10/04) poderá ser votado no mesmo dia em reunião conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para, logo em seguida, ser encaminhado ao exame do Plenário. Se aprovado, o texto retorna à Câmara.

Raupp acredita que até o final do ano o Congresso Nacional irá aprovar definitivamente o projeto das parcerias, apesar de ainda existirem alguns pontos a serem negociados, como o gestor do Fundo Garantidor, uma espécie de seguro para cobrir eventuais atrasos no pagamento dos sócios. O senador observou que o seu relatório será votado pela CAE nove meses

depois que chegou da Câmara. Segundo ele, nesse período o texto foi aperfeiçoado, a começar pelos cuidados necessários para que as PPPs não venham ferir as Leis de Responsabilidade Fiscal e de Licitação.

Na semana passada, oposição e governo concordaram que os sócios privados deverão participar com pelo menos 30% de recursos próprios nos investimentos das PPPs. A medida foi sugerida durante a segunda audiência pública na CAE pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reduzindo o percentual de 50% apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e acatada pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na audiência pública, realizada na terça-feira (9), um dos quatro convidados, José Adrião de Sousa, representante da Associação dos Aposentados e



JOSE CRUZ

Relator do projeto, Raupp (C) acompanha debates na audiência pública

Sócios privados deverão ter fixado limite mínimo de investimentos

CAE pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reduzindo o percentual de 50% apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e acatada pelo líder do

Pensionistas do Banco do Brasil, pediu que fosse fixado um limite para investimento dos fundos de pensão, para evitar financiamentos em projetos de risco. O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, assegurou, porém, que as atuais regras já reduzem a possibilidade de os fundos entrarem em projetos arriscados. O economista Raul Velloso mostrou que os investimentos públicos federais caíram de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1987 para apenas 2,2%, em 2003, e considerou que a aprovação da PPP é "fundamental para o país sair desse nó".

O subsecretário de Desenvolvimento Econômico de Minas

Gerais, Luiz Antônio Athayde, responsável pelas PPPs no estado, disse que elas não resolvem a complexidade do problema dos investimentos públicos em infra-estrutura, mas são um instrumento que viabiliza "obras travestidas de compra de serviços".

Para o presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o projeto foi alvo de um intenso debate, feito em "harmonia entre as lideranças partidárias". Ele disse, porém, que as PPPs não representam um "remédio mágico" para resolver os problemas do país. Para ele, o projeto é mais um instrumento disponível para contribuir com o desenvolvimento econômico.

Abdo critica contratos de gestão para agências

A possibilidade de implantação de contratos de gestão entre o governo e as agências reguladoras, prevista em projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, foi criticada pelo diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, durante audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC). Para ele, tais contratos – que só existem no Peru e na Tanzânia – ferem

o princípio de autonomia das agências.

O presidente da CI, senador José Jorge (PFL-PE), se disse convencido de que há uma relação direta entre o crescimento econômico e a autonomia das agências reguladoras, pela confiança que elas podem assegurar aos investidores.

O mesmo argumento foi apresentado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Na sua opinião, é necessário garantir a confiança dos investidores,



CÉLIO AZEVEDO

Abdo, da Aneel, defende autonomia das agências reguladoras, observado pelos senadores Ney Suassuna (C) e José Jorge

"principalmente em área crucial para o país como a de energia". Por sua vez, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu debate sobre a implantação de contratos de gestão, que, a seu ver, não são "bichos de sete cabeças".

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse que as concessões devem ser do ministério e implementadas pela agência. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) questionou a prioridade dada nos últimos anos à implantação de usinas termelétricas.

Aprovada fixação de prazo máximo para indicação de membros das CPIs

O Regimento Interno do Senado Federal poderá ser modificado para conter dispositivo fixando prazo para indicação de integrantes de comissões temporárias, incluindo as comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Pelo texto, aprovado em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os líderes partidários terão o prazo de cinco dias para indicar seus representantes nessas comissões. Caso não o façam nesse período, a tarefa caberá ao presidente da Casa, que deverá fazê-lo "de



Pedro Simon

ofício" (obrigatoriamente) dentro de cinco dias úteis.

Os integrantes da CCJ aprovaram o texto substitutivo, apresentado por Marcelo Crivella (PL-RJ), na forma de "voto em separado", ao projeto de resolução do Senado (PRS 37/99), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Simon (foto) agradeceu ao presidente da comissão, Edison Lobão (PFL-MA), por permitir que a votação do projeto fosse feita na quarta-feira (10). O projeto seguiu para exame da Comissão diretora.

Discussão sobre o Banco Econômico

Na reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras da Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores Aelton de Freitas (PL-MG), Edison Lobão (PFL-MA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) contestaram a troca, pelo liquidante do antigo Banco Econômico nomeado pelo Banco Central, dos *Par Bonds*, títulos da dívida indexados ao dólar, pelas Notas do Tesouro Nacional (NTN), resgatáveis apenas em reais. Participaram da reunião o atual liquidante e funcionário do BC, Natalício Pegorini, e o ex-dono do banco, Ângelo Calmon de Sá.

Operação Pororoca ganha subcomissão

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou requerimento dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Ideli Salvatti (PT-SC) para criação de uma subcomissão temporária destinada a acompanhar as investigações realizadas pela Polícia Federal na chamada Operação Pororoca, que resultou na prisão de acusados de participar de uma rede de fraudes em licitações no Amapá e em outros estados, inclusive do ex-senador Sebastião Rocha. Pelo menos 17 obras teriam sido fraudadas no estado desde 2002.

COMISSÕES



Paulo Paim

Direito à creche para filhos de trabalhadores

Os filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais terão direito, até os seis anos de idade, de freqüentar, gratuitamente, creches e pré-escolas. A decisão foi tomada pelos membros da Comissão de Educação (CE), ao aprovarem parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto (PLS 298/03) do senador Paulo Paim (PT-RS). A matéria segue para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto regulamenta o artigo 7º, inciso 25, da Constituição, e vai atingir empresas que possuem mais de 70 empregados. A creche poderá ter sede no próprio ambiente de trabalho e ser viabilizada mediante convênio com entidades autorizadas pelo sistema de ensino, ou por auxílio-creche, no valor de 2/3 do salário mínimo, pago mensalmente pelo empregador, podendo o mesmo deduzir o limite de até R\$ 1,4 mil anual por beneficiário no pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Nesta terça-feira, será instalada a Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito da CAS, acolhendo requerimento do senador Sérgio Cabral.

Osmar Dias apóia mudanças para incentivar a cultura

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), se comprometeu a apresentar projeto de reformulação da Lei Rouanet em encontro, na última terça-feira (9), com os atores teatrais Tônia Carrero, Maria Padilha, Louise Cardoso, Antônio Pedro e Rosamaria Murtinho. Dizendo que o teatro brasileiro atravessa "a sua pior crise", os artistas reivindicaram a permanência da Lei Rouanet e entregaram documento com sugestões para aperfeiçoar a legislação que prevê o uso de incentivos fiscais no financiamento de atividades teatrais.

– Meu mandato como presidente da Comissão de Educação termina em fevereiro de 2005. Mas vou me empenhar para tentar aprovar a proposta ainda este ano – assegurou Osmar Dias.

Os subsídios para as mudanças serão colhidos em audiência pública que discutirá a crise do teatro brasileiro. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, será convidado



Artistas levaram a Osmar sugestões para o financiamento de atividades teatrais

para participar do debate. Osmar ponderou que o ideal seria os atores aproveitarem a audiência pública para tentar "arrancar" do ministro o compromisso de

que o governo enviará seu projeto em no máximo duas ou três semanas.

– Se conseguirem esse compromisso, a categoria pode ganhar tempo – afirmou.

Segundo Tempo poderá atender 1 milhão de crianças

Um milhão de crianças poderão praticar esportes na própria escola a partir de 2005, no turno oposto ao de suas aulas. Esse seria o resultado da implantação de nova etapa do programa Segundo Tempo, para o qual o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, solicitou o apoio da Comissão de Educação (CE).

Agnelo pediu à CE que apresente uma emenda de comissão ao projeto do Orçamento da União de 2005, com

dotação de R\$ 150 milhões para o programa. Os recursos, segundo explicou o ministro, seriam suficientes para a construção de mil quadras poliesportivas cobertas, que poderiam ser usadas tanto para aulas de educação física como para o programa Segundo Tempo.

– Cada criança incluída no Segundo Tempo é uma criança que não estará nem com as drogas, nem com a prostituição infantil – disse Agnelo.

De acordo com o ministro, existem hoje no Brasil cerca de 40 mil escolas públicas sem instalações esportivas. Além das mil que seriam beneficiadas por meio de uma emenda da CE, outras mil escolas poderiam receber quadras esportivas a partir de emendas individuais de parlamentares.

O presidente da comissão, senador Osmar Dias (PDT-PR), elogiou a iniciativa do ministro, de apresentar suas prioridades aos parlamentares.

Unicef elogia CPI da Exploração Sexual

Após entregar à diretora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Carol Bellamy, o relatório com as conclusões a que chegou a CPI que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes, a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) manifestou sua confiança em uma parceria com a instituição. Além da senadora, que presidiu a comissão, estavam presentes ao encontro, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, a nova representante do Unicef no Brasil, Marie-Pierre Poirier, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e as deputadas Ann Pontes (PMDB-PA) e Thelma

de Oliveira (PSDB-MT), integrantes da CPI.

– Essa parceria é fundamental – avaliou Patrícia Saboya após o encontro em que Carol Bellamy elogiou os trabalhos da comissão e disse apoiar o Congresso na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A diretora do Unicef afirmou também que o tema não pode "ficar embaixo do tapete" e que é

essencial estabelecer estratégias de comunicação e de debate público.



Maria do Rosário e senadora Patrícia Saboya se reúnem com representantes do Unicef

Indenização aos mata-mosquitos

Os agentes de saúde que foram intoxicados no combate a endemias em virtude da aplicação de inseticidas, em particular ao mosquito da dengue, poderão ser indenizados pelos danos sofridos ao longo dos anos. É o que solicita relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI) aprovado pela Subcomissão Temporária da Saúde, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No documento, o senador constata que, em decorrência da falta de treinamento, ausência de equipamentos e roupas adequados, milhares de agentes foram intoxicados, sendo que muitos deles, conforme observa, faleceram ou se tornaram incapacitados para o trabalho em função dos graves problemas neurológicos provocados pelos inseticidas.



Mão Santa

Contratações para o TRT da 2ª Região

A CCJ aprovou parecer favorável ao projeto (PLC 90/03) que cria cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que abrange parte do estado de São Paulo. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) foi a relatora da proposição, que seguiu para o Plenário em regime de urgência para votação, a pedido do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Debate sobre a produção de vinhos

A CAE aprovou requerimento apresentado pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Aloizio Mercadante (PT-SP) para a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater a situação do setor vitivinícola do país. A reunião se destinará a buscar soluções para a "situação dramática" em que se encontra o setor, em razão da importação, a preços bem abaixo dos praticados no comércio nacional.

Proteção das fronteiras

Relatório do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), favorável ao projeto de lei do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que disciplina a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação ambiental, foi aprovado pela CCJ. A matéria define regras para o acesso, trânsito, instalação e manutenção de equipamentos, implantação de programas e projetos de controle, ocupação e proteção da fronteira.

Demarcação de terras indígenas

A proposta de emenda à Constituição (PEC 38/99) do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que inclui a aprovação do processo de demarcação de terras indígenas entre as prerrogativas do Senado, obteve parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) no reexame solicitado pelos líderes partidários. O relatório de Quintanilha, lido na reunião da comissão pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), propôs quatro emendas ao texto original.

Integração na região amazônica

A Subcomissão Permanente da Amazônia, no âmbito na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), realizou audiência pública com parlamentares da Bolívia, Equador, Venezuela e Peru, para debater a reativação do Parlamento Amazônico. A preservação do meio ambiente, aliada ao desenvolvimento sustentável, e a maior integração dos países da região dominaram os debates, elogiados pelo presidente da subcomissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

PLENÁRIO

Presidente da China recebe homenagem

O Parlamento brasileiro viveu, na última sexta-feira, um dia dedicado às relações diplomáticas. Em sua primeira visita ao Brasil, o presidente da China, Hu Jintao, foi homenageado no Congresso com sessão solene marcada por discursos que enfatizaram as ligações entre os dois países. Antes da sessão, Jintao e o presidente José Sarney conversaram por cerca de 20 minutos no Salão Nobre, diante de ministros e parlamentares da China e de senadores de todos os partidos com representação na Casa.

No Plenário, o líder chinês foi saudado por Sarney, pelo presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Primeiro a falar, Mercadante elogiou o processo de abertura econômica do gigante asiático. Na avaliação dele, os chineses encontraram o equilíbrio entre os mecanismos da economia de mercado, “indispensáveis para o crescimen-

to econômico acelerado”, e a presença do Estado, “necessária para orientar o crescimento na direção correta e distribuir suas benesses de forma justa”.

João Paulo realçou as relações entre os dois países, que não se resumem ao domínio econômico. Ele destacou o papel das duas nações no processo histórico da construção de um mundo melhor, mais digno e mais justo para toda a Humanidade.

José Sarney também celebrou o convívio entre Brasil e China, saudando o futuro dessas relações.

– Orgulho-me de ter sido o primeiro presidente do Brasil a visitar a China, em 1988, e de ter, desde então, juntamente com um grupo de chineses e brasileiros, defendido o estreitamento das nossas relações – assinalou.

O presidente do Senado considerou a presença de Hu Jintao no Parlamento brasileiro, acompanhado de comitiva numerosa, uma prova de que o esforço para aprofundar a amizade entre os

dois países está rendendo significativos resultados. Na delegação, ele distinguiu especialmente a presença da primeira-dama da China, Liu Yongqing.

Sarney agradeceu a presença das autoridades civis, militares e diplomáticas que atenderam ao convite para a solenidade, como os ministros Gilberto Gil, da Cultura; Amir Lando, da Previdência Social; Marina Silva, do Meio Ambiente; Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia; Agnelo Queiroz, do Esporte; Valdir Pires, da Controladoria Geral da União; e Aldo Rebelo, da Coordenação Política.



Recebido por José Sarney, Hu Jintao dirige-se ao Plenário

Século é do Pacífico e da América Latina

Em seu discurso durante a sessão solene no Plenário do Senado, o presidente da China, Hu Jintao, lembrou a frase dita em 1988 pelo líder chinês Deng Xiaoping ao então presidente do Brasil, José Sarney, em visita àquele país: “O século 21 deverá pertencer ao Pacífico e, ao mesmo tempo, à América Latina”. Ele destacou os 30 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China e assinalou que no âmbito econômico as duas nações se transfor-

maram em importantes parceiros comerciais.

– Nossa colaboração nos projetos de satélites e aviação regional merece ser qualificada como excelente exemplo para cooperação de alta tecnologia entre países em desenvolvimento – afirmou.

A importância da América Latina para a China foi lembrada por Jintao, que informou que o comércio entre o seu país e a região aumentou seis vezes entre 1993 e 2003.

Jefferson elogia parecer contra mudanças no status de Meirelles

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) se disse “reconfortado” com o parecer do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, que considerou inconstitucional a medida provisória (MP) que



Jefferson Péres

concede status de ministro ao presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles.

– O procurador repete, em seu parecer, o que vários senadores já disseram aqui mesmo: a medida provisória fere o princípio da moralidade administrativa, porque é casuística e visa a apenas proteger o presidente do BC de qualquer ação judicial – afirmou

o líder do PDT no Senado.

Jefferson criticou o que considera omissão do Congresso em relação à enxurrada de medidas provisórias enviadas pelo Executivo e que emperram o Legislativo.

– É preciso dividir culpas. O Executivo é culpado, mas nós, congressistas, também, e eu me incluo nisso. Não reagimos, não tomamos providências, nos tornamos, passivamente, um subpoder, nos autocastamos. A República foi proclamada no Brasil, mas não implantada. É preciso urgentemente instituir a República no Brasil – defendeu.

Ideli questiona posição do procurador-geral

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) questionou o parecer do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, pela inconstitucionalidade da Medida Provisória (MP) 207/04, que concede status de ministro ao presidente do Banco Central.

Segundo ela, o Supremo Tribunal Federal (STF) já atestou a constitucionalidade de medida do mesmo teor durante o governo Fernando Henrique, beneficiando o então advogado-geral da União e hoje ministro do STF, Gilmar Mendes.

O questionamento da senadora e líder do PT prendeu-se também ao fato de o ministro Gilmar Mendes ter sido recentemente designado relator de uma ação direta de inconstitu-

cionalidade (Adin) impetrada pelo Partido da Frente Liberal (PFL) contra a MP 207.

– O STF já havia aprovado em 2000, por 9 votos a 2, a constitucionalidade da MP que concedeu o foro de ministro ao advogado-geral da União Gilmar Mendes – enfatizou.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) protestou, dizendo que Ideli estava colocando sob suspeita o ministro Gilmar Mendes. José Jorge (PFL-PE) sustentou que a mesma jurisprudência aplicada ao advogado-geral da União pode não ser aplicada a um presidente do Banco Central.

A matéria ainda não foi julgada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal.

Mozarildo: Roraima pode se tornar fornecedor da Guiana

No momento em que o governo da Guiana se democratiza e abre seu comércio internacional, admitindo casas de câmbio, imprensa livre, importação e exportação sem barreiras, o estado de Roraima candidata-se a ser fornecedor de tudo de que aquele país precisar.

Discurso nesse sentido foi feito na terça-feira pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que também denunciou o abandono em que se encontra a fronteira do Brasil com a Guiana.

Ele disse que um dos maiores problemas que o país enfrenta é o descaso com as fronteiras amazônicas. O senador leu carta da Câmara de Comércio Brasil-



Mozarildo denuncia abandono em que se encontra a fronteira do Brasil com a Guiana

Guiana, afirmando que a Guiana tornou-se de vital importância para Roraima, “uma vez que tudo que consome e utiliza é importado”.

Tião Viana comemora via que dará acesso ao Pacífico

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou um dos resultados da 18ª Cúpula do Grupo do Rio. Em reunião entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Peru, Alejandro Toledo, foi assinado um acordo para iniciar a construção da rodovia interoceânica, que integrará os dois

países a partir de Assis Brasil, no Acre, até o Departamento de Madre de Dios, no Peru. A rodovia abre, para o Brasil, o acesso ao Oceano Pacífico, pelo porto de Ilo, Matarani e Marcona.

De acordo com o senador, a obra tem um custo previsto de US\$ 700 milhões.

Lúcia Vânia lamenta acidente automobilístico

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) lamentou em Plenário, na última quinta-feira, a morte de 25 pessoas em acidente envolvendo um caminhão de gás e um ônibus que transportava trabalhadores rurais, na BR-452, no município goiano de Maurilândia.

Eduardo critica demora na liberação de licença ambiental para usina no TO

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que a construção da usina hidrelétrica de Estreito, no Tocantins, pode ser inviabilizada em decorrência da demora na liberação da licença ambiental para a obra, que, segundo ele, “não depende de recursos públicos”. A obra está três anos atrasada, e há o risco de os investidores, desencorajados, acabarem desistindo da empreitada.

– O investidor não vai querer colocar recursos se uma licença for levar três anos. Não teremos empresários interessados – afirmou o senador.

Eduardo creditou a demora à ação, a seu ver equivocada, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Mas isentou o presidente do órgão, Marcus Barros, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Pavan: governo prejudica SC na distribuição de recursos

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou o governo federal por prejudicar Santa Catarina na repartição de recursos federais. De acordo com o parlamentar, o estado é o sétimo em arrecadação, mas apenas o décimo primeiro no recebimento de verbas da União.

Pavan reclamou também da morosidade no envio dos recursos, o que causaria prejuízos a empresários, além de provocar desemprego, fome, miséria, crimes, mortes e até a perda da auto-estima dos cidadãos catarinenses. Apesar disso, lamentou, os aliados do governo vão a público se vangloriar da liberação de dinheiro.

– Todos nós sabemos que muitas coisas só estão acontecendo graças à oposição responsável, que não se cansa de cobrar o que é direito dos estados, dos municípios e do país – afirmou.

E deu como exemplo a transformação do aeroporto de Navegantes em terminal internacional, só aprovada por pressão dos políticos catarinenses.

PLENÁRIO

Demostenes quer abrir arquivos da ditadura

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu terça-feira (9) a liberação dos arquivos e documentos que tratam da luta armada no período da ditadura militar no Brasil. Ele ressaltou que não se pode “fulanizar” esse debate nem “tornar obra de mexerico” o passado das autoridades brasileiras.

– O mais interessante é que todos são a favor de abrir os arquivos, mas inexplicável força inercial contém os impulsos. A desclassificação dos documentos que tratam do período militar precisa ser feita com critério e deve atender a interesses determinados – assinalou.

Para o senador, a abertura dos arquivos deve servir para completar a instauração democrática e encerrar o assunto no âmbito das relações institucionais do Estado brasileiro.

– O Brasil não precisa mais se

expor a crises recorrentes causadas pelo passado. Tenho plena certeza de que a providência vai fazer bem a todo mundo – afirmou.

Demostenes Torres condenou “as atitudes omissas do Palácio do Planalto” em relação ao tema, e alertou: ao manter o estado de dúvida, o governo ganha tempo, mas ajuda a ressuscitar o maniqueísmo que deflagrou o golpe de 1964.

– Em 1964, o Brasil tinha duas alternativas políticas que necessariamente iriam instaurar um governo autoritário. A esquerda e a direita tinham em comum um profundo desprezo pela democracia – destacou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que a grande lição já foi dada aos brasileiros: “Nenhuma ditadura presta”, enfatizou. Ele ponderou que o país precisa hoje



Demostenes: “Vai fazer bem a todo mundo” desclassificar os documentos

se preocupar com o desemprego e com a violência, e não com o passado.

Demostenes acrescentou que, da mesma maneira que foi um despropósito o arroubo anticomunista da nota do Ministério do Exército, vai ficar falando sozinho quem pretender fazer da abertura dos arquivos a desmoralização das Forças Armadas.

Sarney: PMDB não pode deixar de apoiar Lula

“Já que o PMDB apoiou todos os presidentes, não pode deixar de apoiar o presidente Lula”, afirmou o presidente do Senado, José Sarney, no início da tarde de quarta-feira (10), horas depois da reunião em que seu partido resolveu realizar convenções estaduais para decidir se deve continuar apoiando o governo.

Ao argumentar que o PMDB não pode abandonar Lula, Sarney disse que ele é um operário, que ganhou a eleição para fazer um governo de inclusão social, o que está fazendo.

– Não podemos deixar, de nenhuma maneira, de apoiar um presidente que está sintonizado com as bandeiras do PMDB – sintetizou.

Pedro Simon: partido deve garantir governabilidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a manutenção do apoio do partido à governabilidade, mas sem ocupar cargos na gestão petista.

– O grande papel do PMDB é de ser a consciência crítica da nação – declarou.

Ao mesmo tempo em que elogiou a atuação dos peemedebistas Amir Lando e Eunício Oliveira, ministros da Previdência e das Comunicações, Simon argumentou que seu partido tem sido excluído na definição das diretrizes do governo Lula.

Já Mão Santa (PMDB-PI), ao pedir respeito ao integrantes do partido, disse que o governo federal se afastou dos problemas da população e não cumpre os compromissos de campanha.

Ideli ressalta aumento da arrecadação do FGTS

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), previu na quinta-feira que a arrecadação líquida do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) alcançará neste ano aproximadamente R\$ 6 bilhões – R\$ 1,5 bilhão a mais do que em 2003. O resultado, afirmou a senadora, indica a retomada do crescimento econômico e permitirá ampliar os investimentos em habitação e saneamento, que são financiados

com recursos do FGTS.

Segundo Ideli Salvatti, o fundo acumulou nos nove primeiros meses deste ano um saldo de R\$ 4,1 bilhões. Foram feitos depósitos de R\$ 20 bilhões e saques de R\$ 15,9 bilhões, como informou. Com o aumento dos depósitos, observou, a Caixa Econômica Federal deverá dispor, em 2005, de R\$ 2,5 bilhões adicionais – além dos R\$ 7 bilhões já aplicados neste ano – para novos

investimentos.

– O crescimento comprova o fato de que já temos um volume maior de pessoas trabalhando e contribuindo – constatou.

A líder informou ainda que o governo está finalizando a elaboração de um projeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, que reduz de 20% para 11% a alíquota de contribuição previdenciária dos trabalhadores autônomos.

ANISTIA - O líder do PSB no Senado, Antonio Carlos Valadares (SE), protestou contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar os mandatos do

senador João Capiberibe (PSB-AP) e da deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) por suposta compra de

votos na eleição de 2002.

– É preciso corrigir essa injustiça com a concessão de anistia - declarou. Suas palavras foram apoiadas pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC).



Valadares

ENTENDIMENTO - O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu em Plenário, na última quinta-feira, ao novo governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, que faça um “governo de entendimento, resultados, comedimento e ousadia”. Segundo colocado nas eleições de 2002, Ottomar assumiu o governo por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que rejeitou recurso do governador reeleito Flamarion Portella, cassado pelo tribunal, para permanecer no cargo.

Segundo Jucá, o atual momento é de “desafios” para o estado, que, a seu ver, vive momentos difíceis no campo da saúde e do emprego e na área fundiária.

SOCORRO - O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do governo federal a imediata liberação de recursos para socorrer as famílias piauienses desabrigadas em virtude das enchentes ocorridas no início do ano. Segundo ele, o presidente Lula prometeu ajuda para os desabrigados, “mas até agora nada”.

Heráclito Fortes também cobrou a liberação de dinheiro para a realização de obras de emergência no estado, em função dos estragos causados pelas chuvas.



Heráclito

José Jorge denuncia perseguição a funcionários

O senador José Jorge (PFL-PE) denunciou terça-feira a perseguição de que estão sendo vítimas cinco funcionários da área de tecnologia do Banco do Nordeste (BNB) por terem revelado em inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU) irregularidades no contrato firmado entre o BNB e a Cobra Tecnologia, empresa vinculada ao Banco do Brasil. Os servidores foram afastados por terem prestado as informações solicitadas pelo TCU.

– Entre inúmeras irregularidades, o que mais chamava atenção no contrato era a falta de licitação pública para aquisição de um pa-

cote de equipamentos e serviços na área de informática orçado em R\$ 129 milhões, que recebeu por parte do banco o pomposo nome de Solução Global Integradora, que obviamente não quer dizer absolutamente nada – frisou.

José Jorge explicou que, em 24 de agosto, protocolou no TCU uma representação solicitando apuração de irregularidades e a anulação do contrato. O TCU determinou uma inspeção no BNB, que constatou as irregularidades. O ministro Marcos Vilaça determinou, em caráter cautelar, a suspensão de dois itens do contrato.

ACM reitera denúncia contra Ministério da Saúde

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse quarta-feira que o ministro da Saúde, Humberto Costa, fez afirmações falsas na nota em que rebateu sua denúncia de malversação de recursos públicos e favorecimento político por parte do ministério.

Segundo Antonio Carlos, não foi o Ministério da Saúde que iniciou as investigações que permitiram desbaratar uma quadrilha que fraudava licitações de hemoderivados na pasta, mas sim o Ministério Público.

A responsabilidade pela iniciativa fora invocada por Costa em nota lida na véspera em Plenário pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC). O documento citou ações do ministro no combate à corrupção na área da saúde. Conforme



Antonio Carlos

ROOSEVELT PINHEIRO

o ministro, em sua gestão quintuplicou o número de auditorias no setor – passando de 457, em 2002, para 2.064, em 2004, com mais de 80 servidores demitidos.

José Jorge (PFL-PE) pediu que o Senado, o Tribunal

de Contas, a Controladoria Geral da União e a Comissão de Ética do governo apurem o caso. Na quinta, ele disse que as autoridades devem procurar saber por que foi demitido o secretário executivo do ministério, Gastão de Sousa Campos.

Também solicitou os esforços dos líderes governistas que o ex-funcionário compareça à Casa a fim de explicar sua saída do ministério. Paulo Octávio (PFL-DF) apoiou a disposição de José Jorge em acompanhar o desempenho do governo.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO

Conselheiros não vêm com bons olhos fusão das empresas Sky e DirecTV

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional, reuniu-se segunda-feira para discutir a possível fusão das empresas Sky e DirecTV, de televisão por assinatura via satélite. O relatório do representante dos jornalistas, Daniel Herz, considera que a operação representa risco ao país, por permitir o controle de 95% do mercado por grupos estrangeiros. Herz sugere que o conselho continue debatendo o tema para propor ao Congresso bases para “uma adequada regulamentação do serviço”.

O texto de Herz ainda não é definitivo, mas indica uma predisposição dos conselheiros contra a operação. Na reunião, foi ouvido o advogado Francisco de Araújo Lima, da Comissão Jurídica da Associação Brasileira de TV por Assinatura e consultor das Organizações Globo, diretamente interessada na efetivação da transação.

Araújo Lima relatou as dificuldades do setor, pressionado por

forte endividamento em dólar. Segundo ele, já foram investidos no setor quase US\$ 2 bilhões, sem retorno.

– Ninguém ganhou dinheiro com TV por assinatura – disse.

A crise do setor, na avaliação do advogado, deve-se ao endividamento feito em dólar em uma conjuntura de paridade cambial (1995/1998). Além disso, afirmou, não foram cumpridas as expectativas dos empresários com relação ao crescimento do número de assinantes. A estimativa do Ministério das Comunicações previa 16 milhões de assinaturas em 2003, mas o número não chegou a 3,5 milhões.

– O negócio deve ser feito para que os serviços sejam mantidos e, no futuro, com o crescimento da renda, haja lucro. Se o PIB [produto interno bruto] e os salários não crescerem, vamos continuar estagnados – concluiu.

Os argumentos não convenceram os conselheiros, que temem a desnacionalização do setor e riscos à soberania nacional.

PLENÁRIO

Tebet cobra votação da PEC Paralela na Câmara

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou, em Plenário, o cumprimento do acordo feito com o governo para a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que amenizou os efeitos da reforma da Previdência sobre o funcionalismo público, conhecida como PEC Paralela. Ele afirmou que a PEC está há meses para ser votada em segundo turno na Câmara e fez um apelo para que o presidente daquela Casa, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), coloque a matéria em votação.

– Quantos não votaram no Senado a favor da reforma da Previdência em função do acordo da PEC Paralela? – questionou.

O senador disse que a PEC Paralela foi motivo da convocação extraordinária no ano passado e



Tebet disse que vem sendo muito cobrado por eleitores sobre a aprovação da proposta

que não teria cabimento voltar a ser novamente um dos temas de uma outra convocação. Ele lem-

brou que vem recebendo cobranças pela falta de cumprimento desse acordo e que milhares de servidores públicos estão aguardando a aprovação da PEC, que estabelece as regras de transição e paridade para o reajuste dos inativos do funcionalismo público, entre outros pontos.

Em apartes, os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Demostenes Torres (PFL-GO) criticaram o descumprimento de acordos firmados no Congresso.

Em outro pronunciamento, Tebet parabenizou o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edison Vidigal, pela realização de reuniões abertas do Conselho da Justiça Federal em várias cidades brasileiras, entre elas Dourados (MS).



Jorge Bornhausen

Reforma universitária preocupa Bornhausen

Os rumos da educação no governo Luiz Inácio Lula da Silva, notadamente a de nível superior, são motivo de preocupação para o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ex-ministro da Educação no governo José Sarney, ele apontou que a principal diferença entre as duas gestões está no fato de a atual, gerida pelo ministro Tarso Genro, desprezar projetos já iniciados e impor iniciativas próprias de forma até autoritária, características que podem ser observadas, segundo o senador, na condução da reforma universitária. Para Bornhausen, a definição das mudanças “está em mãos de um pequeno número de funcionários públicos”.

José Jorge critica o ProUni

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou a condução da política educacional brasileira, que segundo ele não melhorará sem que se dê atenção prioritária e se apliquem as políticas adequadas em relação ao ensino fundamental. Para o senador, o governo Lula, ao

invés de seguir o caminho adequado, preferiu buscar resultados no ensino superior, por meio de um programa que classificou de “polêmico e confuso”: o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Medida Provisória 213/04.

JUSTIÇA - O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) destacou reportagem da revista *Exame* mostrando que a Justiça do estado do Rio investiu em informática e treinamento e se tornou uma das mais ágeis do Brasil. Na reportagem, a revista compara a agilidade da Justiça do Rio e de São Paulo, concluindo que os paulistas estão entre os mais lentos. Ele lembrou que a criação do Fundo Estadual destinou cerca de R\$ 200 milhões por ano ao aprimoramento do órgão.

APLAUSO - O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) encaminhou requerimento de voto de aplauso ao juiz Siro Darlan, da 1ª Vara da Infância e Juventude, pela promoção a desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Crivella homenageou os 22 anos de trabalho e o exemplo profissional de Darlan, “resultado do seu inconformismo, da sua consciência sobre a capacidade de transformação social da autoridade”, ressaltando que “essa lucidez sempre esteve presente” no trabalho do juiz Siro Darlan.

Sibá defende função da Justiça trabalhista

O senador Sibá Machado (PT-AC) fez a defesa da Justiça do Trabalho, como sendo o ramo competente para resolver as divergências surgidas das novas relações de trabalho criadas pela crise financeira mundial. Ele disse que as inúmeras formas de trabalho que estão surgindo são adaptações às necessidades da sociedade e trazem uma nova mentalidade sobre esse mercado. Acrescentou que é preciso diminuir a distância entre quem busca a defesa dos seus direitos e o Poder Judiciário.

- A Justiça do Trabalho insere-se no centro desse debate - afirmou.



Sibá Machado

CONSELHO - O Conselho de Comunicação Social reuniu-se para discutir a possível fusão das empresas Sky e DirecTV, de TV por assinatura. O representante dos jornalistas, Daniel Herz, considera que a operação representa risco ao país, porque pode permitir o controle do mercado por estrangeiros. Francisco de Araújo Lima, da Associação Brasileira de TV por Assinatura, defendeu a fusão, ao alegar que não foram cumpridas as expectativas com relação ao crescimento do número de assinantes.

Presidência

ORÇAMENTO - O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, foi recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediu que seja prorrogada a validade do regimento da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Após reunião com o presidente da Câmara, deputado João Paulo, Sarney decidiu reeditar as normas de funcionamento da comissão, atendendo ao ministro. O prazo de validade da Resolução 1/01, que regulamentava os trabalhos da comissão, venceu no dia 30 de agosto e desde então ela não pôde apreciar projetos, nem a proposta orçamentária para 2005.

Dirigentes pedem apoio para manter contribuição sindical

Em audiência com o presidente do Senado, José Sarney, uma delegação de sindicalistas pediu apoio ao projeto de decreto legislativo (PDS 1.125/04) que a anula a portaria do Ministério do Trabalho, publicada em abril, que acaba com a contribuição sindical. Autor do projeto, o senador Paulo Paim (PT-RS) também participou do encontro, junto com o senador José Agripino (PFL-RN) e o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

Sarney atrasou sua ida ao Plenário para receber os sindicalistas e firmou o compromisso de colocar a matéria como prioridade na pauta do Plenário, após sua aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com isso, o projeto pode ser votado ainda este ano.

Segundo os sindicalistas, as contribuições correspondem a cerca de 70% do orçamento das entidades sindicais no país. O relator do projeto é o senador José Jorge (PFL-PE).



O presidente do Senado, José Sarney, recebeu do senador Pedro Simon (PMDB-RS) um exemplar do livro *Pinheiro Machado*, que traz discursos do político gaúcho que foi senador na República Velha. Simon lembrou que Pinheiro Machado desempenhou papel central na implantação da República no Brasil.

COMUNICAÇÃO - O presidente José Sarney recebeu a visita de representantes da nova entidade do setor de comunicação do país, a Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra). João Carlos Saad, presidente da Abra, disse que a associação surge com mais de 300 afiliadas e “com liberdade para discutir os grandes temas nacionais”. Entre eles, a fusão das empresas de TV por satélite Sky e DirecTV, criticada na última reunião do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional. Saad, presidente do Grupo Bandeirantes, estava acompanhado de Guilherme Stoliar, vice-presidente do SBT, Dênis Munhoz, presidente da Rede Record, e Amilcare Dallevo, presidente da Rede TV.

MÉRITO CULTURAL - O presidente José Sarney reuniu-se com um grupo de artistas agraciados com a Ordem do Mérito Cultural 2004, conferida a diversas personalidades e instituições pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil. Acompanhados dos senadores Roseana Sarney (PFL-MA) e Eduardo Suplicy (PT-SP), os artistas foram parabenizados pelo presidente do Senado.

LEI ANTIDROGAS - Em encontro com o senador José Sarney, o presidente do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), juiz Joaquim Domingos Almeida Neto, expôs a posição da entidade favorável à aprovação pelo Senado da Lei Antidrogas, na forma do projeto enviado pela Câmara dos Deputados. Almeida Neto estava acompanhado pelas juízas Sueli Pina, do Amapá, e Liliana Bittencourt, de Goiás.

POLÍTICOS DO AMAPÁ - O presidente José Sarney recebeu a visita de políticos do Amapá. Estiveram com ele a prefeita de Laranjal do Jari, Euricélia Melo Cardoso, o deputado estadual Manoel Mandi e o prefeito de Mazagão, José Carlos Marmitão. Os três apresentaram a Sarney as principais reivindicações de suas comunidades, entre elas a liberação de R\$ 6 milhões do Orçamento federal para a revitalização da orla de Laranjal do Jari.

CORÉIA - O embaixador da Coreia no Brasil, Kwang-Dong Kim, encontrou-se com José Sarney, com quem conversou sobre o comparecimento do presidente coreano ao Senado, na quarta-feira, como parte da agenda de visita oficial ao Brasil. O embaixador coreano disse ter convidado o presidente do Senado para “conhecer melhor a Coreia”, e foi presenteado com uma medalha comemorativa dos 180 anos do Congresso Nacional.

RELIGIOSAS - Um grupo de religiosas das Irmãs Pequenas Missionárias de Maria Imaculada pediu a José Sarney que interceda, junto ao Ministério da Saúde, pela liberação de recursos e a renovação de convênios com dez hospitais e obras filantrópicas administrados por elas em São José do Rio Preto (SP). As religiosas estavam acompanhadas do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Os hospitais administrados pelas religiosas atendem pacientes carentes.

LIVROS - O presidente José Sarney participou de solenidade promovida no Palácio do Planalto para o lançamento do Programa Nacional do Livro e da Leitura. Participaram do ato o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Educação, Tarso Genro.

PLENÁRIO

Aprovado voto de pesar pela morte de Arafat

O Plenário aprovou na quinta-feira voto de pesar pelo falecimento do presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, ocorrido em Paris, e de envio de condolências à delegação oficial palestina no Brasil. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) representou o Senado no velório de Arafat, no Cairo, capital do Egito, e no enterro do líder palestino, na cidade palestina de Ramallah.

O voto de pesar constava de três requerimentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS). Suplicy recordou encontro que manteve com Arafat em 2003.

– Espero que a memória de Arafat possa significar empenho do povo palestino e israelense para a busca da paz – enfatizou.

Simon lembrou que resolução da ONU há muito tempo determina a criação do Estado palestino



Em 1995, Yasser Arafat foi recebido por Teotonio Vilela Filho, que exercia interinamente a presidência do Senado

e disse esperar que a situação avance agora.

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) lembrou visita do presidente da ANP ao Senado, em 1995, quando pôde observar a indignação do líder contra a opressão a seu povo.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a morte de Arafat “desfalca o mundo de uma das mais carismáticas lideranças da última metade do

século 20”. Marco Maciel (PFL-PE) manifestou esperança de que o processo de paz possa ser retomado. Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que Arafat personificou o sonho de um Estado palestino livre.

Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou pêsames ao povo palestino, “pela perda de seu mais importante líder”. Sérgio Cabral (PMDB-RJ) observou que o líder buscou o caminho do entendimento.

Alberto Silva destaca projeto rural

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que considera uma vitória, para seu estado e para o país, os resultados de um projeto de assentamento rural baseado em sistema associativo e no plantio da mamona para extração de óleo combustível.

– Essa pode ser a solução para a reforma agrária em nosso país, pois, até agora, o que existe nesse setor foi um verdadeiro equívoco, em especial no Nordeste, que tem milhões de trabalhadores rurais que, por falta de apoio, acabam migrando para

as cidades grandes, gerando violência, desemprego e miséria – afirmou o senador.

Ele destacou que o sistema seguiu estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apontando que a porção de terra necessária para que uma família rural viva bem é de três hectares.



Alberto Silva

RACISMO - Durante palestra da ativista negra norte-americana Cardiss Collins, no auditório do Interlegis, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou o momento de luta vivido pelos negros brasileiros. Paim disse que a palestra de Collins, que foi deputada no Congresso norte-americano pelo estado de Illinois por 11 mandatos e dedicou sua vida parlamentar à defesa das minorias, se insere na luta por políticas públicas que conduzam à superação das desigualdades raciais.

O LIBERAL - Os 58 anos de fundação do jornal paraense *O Liberal*, comemorados no dia 15 de novembro, foram enaltecidos pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Ele informou que o matutino, “o maior jornal do Norte e Nordeste”, dignifica a imprensa brasileira. O presidente do Senado, José Sarney, também homenageou *O Liberal*, afirmando que “o prestígio do jornal não se restringe à região amazônica, mas a todo o país”. Para ele, o jornal é respeitado por todos os que o lêem. Aloizio Mercadante (PT-SP) se associou às homenagens.

ZUMBI - O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou, em Plenário, que assim como os Estados Unidos transformaram a data da morte de Martin Luther King em feriado nacional, o Brasil deveria tornar também feriado o dia 20 de novembro, dia do martírio e morte de Zumbi dos Palmares. Em defesa do projeto, que aguarda votação pelo Plenário do Senado, Paulo Paim disse que, nos Estados Unidos, 11% da população é negra, enquanto no Brasil esse percentual chega a 50%.

Papaléo: cor da pele é adaptação ao ambiente

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) condenou o racismo, explicando, em termos científicos, que as diferenças físicas entre os grupos humanos não estão relacionadas à variação genética e por isso não correspondem ao conceito biológico de raça. Ele explicou que as diferenças formais entre as diversas etnias são determinadas apenas pela adaptação ao meio ambiente no qual cada uma se desenvolveu.



Papaléo Paes

Projetos

Interrupção da gravidez nos casos de anencefalia

Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou proposta que permite a interrupção da gravidez de fetos portadores de doenças que levem à morte da criança (PLS 312/04). O caso mais discutido atualmente

é dos fetos portadores de anencefalia. Em sua justificativa, o senador cita a análise feita pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, que defende o aborto

argumentando que “manter-se a gestação [nos casos de anencefalia] resulta em impor à mulher e à respectiva família, danos à integridade moral e psicológica, além dos riscos físicos”.

Restrição ao exercício de três mandatos sucessivos

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou projeto que torna inelegíveis, em quaisquer municípios do mesmo estado para que tenham transferido o domicílio eleitoral, os candidatos a prefeito e vice-prefeito reeleitos na eleição anterior, ainda que renunciem aos mandatos até seis meses antes do pleito. A proposta inibe que esses políticos exerçam três mandatos consecutivos.

Normas mais rígidas para a adoção internacional

Proposta apresentada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) altera as normas para a adoção internacional (PLS 315/04). O texto amplia para 30 dias o prazo mínimo exigido de convívio entre o postulante à adoção e o adotando. Patrícia apresentou ainda duas proposições: uma que cria o Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude, em 20 de março (PLS 313/04); e outra que inclui nos currículos do ensino fundamental conteúdo obrigatório sobre os direitos das crianças e dos adolescentes (PLS 315/04).

Regras para o serviço de mototáxi

O uso crescente, em algumas cidades, da motocicleta como veículo de transporte de passageiros, os mototáxis, levou o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) a apresentar proposta para regulamentar o serviço, que, em alguns municípios, não é regido por normas formais. A proposta obriga que as motocicletas contenham mecanismos de proteção dos passageiros, além de capacetes com forro descartável. Aos condutores, é exigida a idade mínima de 21 anos e a aprovação em exame específico (PL 311/04).

Projeto tipifica discriminação racial

Para tornar mais efetiva a punição dos crimes de racismo, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto que cria um tipo genérico de crime racial, a “discriminação racial” (PLS 309/04). A proposta inclui na legislação os verbos “negar”, “impedir”, “interromper”, “constranger”, “restringir”, “dificultar” o exercício de direitos por parte da pessoa discriminada. O senador argumenta que esses verbos são mais adequados às manifestações - geralmente veladas - de racismo na sociedade brasileira.

Simon denuncia movimento para desmoralizar as CPIs

A notícia da suposta intenção do governo de excluir do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado nomes de políticos que teriam enviado recursos ilegalmente ao exterior, publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, levou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) a denunciar, em Plenário, uma tentativa de esvaziar o “poder investigador” do Congresso.

– Eu denuncio que há um movimento escancarado para desmoralizar as CPIs que existem e impedir que outras existam. Querem esvaziar aquilo que era

importantíssimo nesta Casa, o direito de fiscalizar – afirmou.

O senador elogiou a aprovação, pela Comissão de Justiça, de projeto de resolução destinado a alterar o Regimento Interno do Senado para obrigar o presidente da Casa a indicar em cinco dias os integrantes de CPIs, quando as indicações não forem feitas pelas lideranças.

A medida, a seu ver, evitará a repetição de fatos como o ocorrido neste ano, quando a CPI dos Bingos deixou de ser instalada por falta de indicação dos líderes governistas.

Suplicy pede libertação de jovens

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou o envio de ofício ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Danilovich, solicitando que autoridades norte-americanas tomem providências para que os brasileiros Misael Mendonça Cabral e Daniel Correia sejam libertados e retornem ao Brasil.

Suplicy recordou que os jovens foram presos no aeroporto de Miami após terem indagado às autoridades “se haviam encontrado uma bomba nas bagagens”. O senador reconhece que os rapazes agiram de maneira inadequada, mas entende não se tratar de ameaça terrorista.

Teotonio cobra recursos para obras em Alagoas

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) disse, em discurso, que no primeiro ano da administração de Luiz Inácio Lula da Silva menos de 5% do previsto no Orçamento da União foi liberado para Alagoas e que, este ano, nenhum recurso foi liberado. O governo de Fernando Henrique Cardoso, acrescentou, investiu R\$ 500 milhões em obras hídricas e R\$ 1 bilhão no conjunto de obras no estado.

Teotonio saudou o anúncio da viagem do presidente Lula a Alagoas, agendada para 15 de novembro, Dia da Proclamação da República, mas observou que o roteiro lembrará as obras paralisadas.

Voz do Leitor

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA ELEITORAL

“Venho manifestar minha indignação à proposta da reforma política. É um absurdo financiar campanhas políticas com o dinheiro público, e mais absurdo ainda é não existir nenhuma manifestação contrária por parte dos senadores a essa proposta. Eles deveriam sensibilizar-se com a realidade brasileira e otimizar o uso do dinheiro público em ações verdadeiramente prioritárias, como saúde, educação e tantas outras: agricultura, habitação, segurança etc. Que ferramentas práticas serão utilizadas para que se evite o uso do dinheiro de outras origens (que não a pública) em campanhas eleitorais? Não é papel do próprio legislador atuar como um fiscal ou membro efetivo no combate à corrupção?”

Jonas Soares, de Pinheiro Machado (RS)

MPS

“Eu sou a favor das medidas provisórias (MPs) que o governo federal edita. Sabe por quê? Porque se ele ficar esperando que o Congresso Nacional aprove os projetos de lei necessários, o país pára. A oposição só sabe criticar, obstruir e dificultar a aprovação dos projetos que interessam ao Brasil.”

José Osivan Barbosa de Lima, de Jatobá (PE)

CPI DO BANESTADO

“Por que está demorando tanto para chegarmos ao desfecho da CPI do Banestado?”

Edijânio da Silva, de Pesqueira (PE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

EDUCAÇÃO

“Senador Hélio Costa, trabalho na área de educação, no quadro de apoio, e nunca vejo nenhum projeto voltado para a minha área. Quero ver se uma escola funciona sem uma secretaria organizada. Precisamos de modernização e de salários melhores. Se eu ganho R\$ 450 aqui no Rio de Janeiro, imagine quanto ganha o servidor do Ceará. Gostaria que houvesse cursos na Internet para esse segmento escolar e computadores financiados para atualização dos colegas.”

Maria José Sampaio da Paz, do Rio de Janeiro (RJ)

VOTO AOS 14

“Sugiro aos senadores a apresentação de projeto para que os jovens a partir de 14 anos possam ter direito ao voto. Acredito que, com essa idade, eles já tenham capacidade para exercer sua plena cidadania.”

Edmundo Ramos, de Pacatuba (SE)

ELEIÇÕES

“Senador Mão Santa, sugiro que seja apresentado projeto de lei que proíba a eleição de candidatos que não morem no município no qual se candidatam.”

Givanildo Borges Dias da Silva, de Maribondo (AL)

VEREADORES

“Sugiro ao senador Paulo Paim a apresentação de projeto de lei em que vereadores só poderiam se reeleger uma vez.”

Edvaldo Gomes da Silva, do Recife (PE)

Pergunte ao Senador

DÍVIDAS DOS SERVIDORES FEDERAIS

Wanderley R. do Nascimento, do Rio de Janeiro (RJ)

“Senadora Ideli Salvatti, muitos servidores públicos federais têm dívidas impagáveis com o Banco do Brasil. Gostaria de saber se há a possibilidade de ser criado um Proer dos servidores endividados com o banco. Precisamos de alguém que possa nos ajudar. Foram oito anos de salários paralisados.”

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) responde:

Caro Wanderley, pode ter certeza de que o governo Lula e a liderança do PT no Senado não estão indiferentes à situação dos servidores públicos federais. Várias medidas têm sido tomadas para reduzir o *spread* bancário, as quais contribuem para o aumento da capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pelos servidores. Além disso, o governo também tem apoiado os empréstimos em consignação, que permitem o desconto da mensalidade diretamente no contracheque, reduzindo, por consequência, o risco de inadimplência e o custo do empréstimo. Mas levaremos sua proposta às instâncias competentes para que seja analisada a viabilidade.



APOSENTADORIA DOS TRABALHADORES RURAIS

Fábio Borges, de Altônia (PR)

“Gostaria de saber se há um projeto de lei que regulamente a aposentaria dos trabalhadores rurais.”

O senador Osmar Dias (PDT-PR) responde:

O sistema de aposentadoria no Brasil é igual para os trabalhadores urbanos e rurais (Lei 8.213/91). O que diferencia um do outro é a dificuldade que os rurais enfrentam para apresentar a documentação exigida no momento de requerer o seu direito. Durante muito tempo no meio rural não havia contratos de trabalho e carteira assinada e nem forma de recolher e contribuir com a Previdência. Isso acarretou vários problemas. O Ministério da Previdência orienta o trabalhador do campo, mas age também de forma punitiva, pois está entrando na Justiça contra os proprietários rurais que assinaram documentos testemunhando o tempo de trabalho, para permitir a aposentadoria daqueles que trabalharam no campo. Acredito que nós devemos, numa próxima etapa da Previdência, regularizar de forma definitiva essa questão, garantindo direito àqueles que comprovarem tempo de serviço com testemunho de boa fé. Isso deve servir para homens e mulheres. Quando se trata de mulheres, a dificuldade é ainda maior. No meio rural, elas são tidas como trabalhadoras do lar, mesmo exercendo outras atividades na propriedade. O que normalmente ocorre é que acabam não tendo seus direitos reconhecidos. É preciso facilitar a aposentadoria do trabalhador e da trabalhadora rural.



Frases

“É preciso dividir culpas. O Executivo é culpado, mas nós, congressistas, também, e evidentemente eu me incluo nisso”

Jefferson Péres, criticando o que considera omissão do Congresso em relação à “enxurrada” de medidas provisórias que emperram o processo legislativo.

“O interessante é que todos são a favor de abrir os arquivos, mas inexplicável força inercial contém os impulsos”

Demostenes Torres, defendendo a liberação dos arquivos do período da ditadura militar.

“O PT foi vítima de uma campanha sórdida, à qual não soube responder à altura”

Serys Shlessarenko, ao lamentar o baixo nível imposto, segundo ela, pelo PSDB na eleição para a prefeitura de Cuiabá.

“A minha carreira é de vitórias eleitorais ao longo de 50 anos de vida pública, sem tirar o sangue de ninguém, porque não sou vampiro”

Antonio Carlos Magalhães, voltando a criticar Humberto Costa, que, em nota, rebateu denúncias feitas pelo senador sobre malversação de recursos e favorecimento político por parte do Ministério da Saúde.

“Se pudéssemos ter toda essa concentração de esforços nas pesquisas que a Embrapa realiza, não estaríamos comprando sementes (transgênicas) da Monsanto”

Hélio Costa, elogiando a aprovação pelo Senado do projeto de lei de inovação tecnológica, que abre caminho para maior colaboração entre instituições públicas e privadas.

“Orgulho-me de ter sido o primeiro presidente do Brasil a visitar a China, em 1988”

José Sarney, falando na sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao presidente da China, Hu Jintao.

Foto da Semana

José Sarney, presidente do Senado, recebeu terça-feira (9) artistas agraciados com a Ordem do Mérito Cultural, conferida pelo Palácio do Planalto. Os senadores Eduardo Suplicy e Roseana Sarney acompanhavam o grupo, formado, entre outros, pelo diretor José Celso Martinez, a atriz Odete Lara e integrantes da Companhia Barrica, de folguedos do Maranhão



GERALDO MAGELA

Rádio lembra os 115 anos do fim da Monarquia

Nesta segunda-feira, 15 de novembro, serão comemorados os 115 anos da Proclamação da República no país. Para lembrar a ocasião, a Rádio Senado leva ao ar especial com trechos do programa *Brasil - 500 Anos*, apresentado pela emissora no ano 2000. A atração vai mostrar o contexto histórico e a sucessão de fatos que levaram ao fim da Monarquia no Brasil. O especial será apresentado nesta segunda, às 10h, com reprise às 18h.

No mesmo dia, estréia na programação da Rádio o *Cidadania Dia-a-Dia*, uma parceria da emissora com o Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB). Serão veiculados boletins de dois minutos e meio de duração, que explicam ao ouvinte a importância das datas do calendário brasileiro. Os boletins vão ao ar diariamente antes do *Senado*

Notícias, às 7h55 e às 21h55.

A programação musical da Rádio dá destaque ao programa *Escala Brasileira*, que entrevista o pianista, arranjador e compositor Nelson Ayres. Premiado pelos arranjos de *jingles* e trilhas sonoras de propagandas, ele é diretor musical da peça *Chiclete com Banana*, de Augusto Boal. Nelson Ayres lançou seu primeiro álbum solo em 1979. Entre as canções apresentadas estão *Perto do Coração*, *Coração Vagabundo*, *Mantiqueira*, *Quem Sabe?* e *Choro do Adeus*. A atração vai ao ar nesta quinta-feira, às 23h.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

TV Senado entrevista Marina Colassanti

Entre os destaques da TV Senado para o fim de semana, está o

programa *Leituras*, atração dedicada à literatura brasileira. A escritora Marina Colassanti é a convidada dessa edição, que a TV exibe no sábado, às 9h30 e às 20h, e no domingo, às 20h30. A escritora fala sobre seus dois livros recém-lançados pela Editora Record: *Fragatas para terras distantes* e *A morada do ser*.

Cronista, contista e p tista, Marina Colassanti já ganhou duas vezes o Prêmio Jabuti. Os próximos convidados do programa são Luiz Valls, Ana Miranda, Nelson Motta, Moniz Bandeira e Paulo Markun.

Quem Tem Medo da Música Clássica? apresenta o *Concerto para Violoncelo e Orquestra*, de Joseph Haydn, pela Orquestra



Juvenil da Comunidade Europeia, sob regência de James Judd. A atração vai ao ar neste sábado, às 10h e 18h, e domingo, às 10h, 18h e 24h.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

O legado do principal doutrinador da Era Vargas

RODRIGO ROSA

A publicação da coletânea de textos *O Estado Nacional* pelo Senado Federal revela o quanto o ideólogo do Estado Novo Francisco Campos emprestava seu brilhantismo a serviços funestos. Tivesse o autoritarismo de sua pregação resistido, talvez hoje não lêssemos com outros olhos suas idéias. Felizmente, venceram a democracia e a liberdade. E, à distância do fervor histórico, podemos mergulhar com serenidade nesse importante legado intelectual do principal doutrinador da ditadura Vargas.

A obra reúne discursos, entrevistas e conferências de Campos entre 1935 e 1939. A oralidade do autor traz a tensão daquele momento. O mundo se preparava para uma grande guerra. No Brasil, integralistas e comunistas sonhavam com o poder.

Sintonizado com o totalitarismo em voga na Europa, redigiu a Constituição de 1937 e foi feito ministro da Justiça, às vésperas do golpe de Estado. Estava convicto de que a instauração de uma ditadura personalista,

encarnada por Getúlio, seria a única maneira de impor ao país uma "ordem" adequada às mudanças que se avizinhavam.

Criticava a caduquice do sistema democrático liberal, que trazia os vícios da República Velha. Legislativo e Judiciário não atendiam ao interesse público. Só a concentração de forças no Executivo, pensava, daria agilidade suficiente à máquina burocrática para empreender reformas. Defendia a extinção dos partidos políticos, o controle da imprensa, a intervenção do Estado na economia.

O nacionalismo radical, associado à figura do chefe máximo, seria o verniz ideológico para seduzir as massas e dar sustentação ao regime. "Não há povo hoje que não clame por um César", dizia. Em meio às teses fascistas, percebia a necessidade de mudar. Foi ele quem lançou as bases da universidade pública, ainda como titular da pasta da Educação e Saúde. E enxergou a urgência de industrialização da economia, para diversificar a matriz produtiva e libertar o país da herança agrária-colonial.



Rodrigo Rosa é consultor do Senado Federal. *O Estado Nacional*, de Francisco Campos, editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 20 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800 61-2211.

ESPECIAL



Serys prega a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres



Jandira Feghali destaca o peso da religião nos lugares onde o sistema patriarcal é mais forte



Giane considera inexpressiva a presença conquistada pela mulher na política brasileira

A participação política da mulher em questão

A participação das mulheres nas eleições municipais deste ano foi o tema principal da videoconferência "Lugar de mulher é na política", realizada na terça-feira da semana passada no auditório do Interlegis, no Senado. Conforme dados apresentados no evento, 76.551 candidatas a vereadora e 1.498 postulantes a prefeita disputaram o último pleito.

Foram eleitas 6.555 vereadoras e 404 prefeitas. "Uma participação

pouco expressiva", segundo Giane Boselli, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

Lúcia Avelar, presidente do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), destacou o peso da "base patriarcal e escravocrata" do sistema eleitoral brasileiro. Segundo afirmou, ela exclui o negro e a mulher do sistema político nacional.

Para a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a questão da

religião é um fator muito presente na política, e a maioria das mulheres, principalmente onde o sistema patriarcal é mais presente, vota de acordo com sua religião, e não pela ideologia política.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou que em 2005 será consolidada a Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana. Ela informou que o Brasil foi o primeiro país a instituir o Ano Nacional da Mulher.

Serys: apenas 7% das cidades elegeram prefeitas

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fez uma análise do percentual de mulheres eleitas no último pleito municipal e concluiu que a participação feminina foi muito pequena. Ela lembrou que as 404 mulheres eleitas prefeitas administrarão apenas 7% dos municípios brasileiros.

Serys recordou que a lei de

cotas foi aprovada para reduzir essa baixa representatividade das mulheres na política, mas reconheceu que, nessa questão, pesa bastante o fator cultural. No Brasil, argumentou, a mulher sempre foi designada para enfrentar até cinco jornadas de trabalho, e até agora isso não mudou.

- Não houve ainda a inversão

desse papel, no sentido de que os companheiros, na mesma proporção, venham também para dentro de casa - afirmou.

A senadora apelou em favor da superação da discriminação ainda enfrentada pelo gênero feminino, pregando a conquista de direitos iguais para a mulher, na família, no trabalho e na política.

Conheça o Congresso

Museu do Senado expõe rosto feminino da República

A pintura de óleo sobre tela *Dama da República* (1919), de Décio Villares, pode ser vista no Museu do Senado. Inspirado pela doutrina positivista do filósofo francês Auguste Comte, o pintor tentou transformar a figura da mulher em uma alegoria cívica do Brasil: ou seja, o retrato da mulher representava a própria idéia de república. Seu exemplo era a França, onde os ideais da Revolução Francesa - igualdade, fraternidade e liberdade - foram usados para dar à República uma representação feminina.

Quando pintou o quadro, os ânimos de Villares estavam altos em relação à República, devido aos nove

anos passados na Europa. Chegou ao Brasil em 1881, fervilhando de idéias, bem aceitas pelos militares que queriam tirar o monarca d. Pedro II do poder. O pintor não decepcionou os republicanos. Foi ele o responsável pelo desenho atual da bandeira brasileira, apresentado quatro dias após a Proclamação da República, em 1889.

Os retratos de Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Rodolfo Amoedo, da autoria de Villares, encontram-se no Museu Nacional de Belas Artes. Grande parte de sua obra acabou sendo destruída por sua viúva. Num acesso de loucura, logo após a morte do artista, em 1931, ela ateou fogo

ao acervo do atelier.

Escultor, pintor e caricaturista, o carioca Décio Villares nasceu em 1851 e estudou pintura na Academia Imperial de Belas Artes. Em Paris, participou de concurso para professor da Academia de Belas Artes da França, onde obteve a primeira colocação. Rejeitou o cargo por não querer naturalizar-se francês, uma exigência do emprego.

O Museu do Senado Federal tem exposição permanente, com peças que resgatam parte da história política do país, como esculturas e luminárias que pertenciam ao Palácio Monroe, sede do Senado entre 1925 e 1960, quando o Congresso foi transferido para Brasília. Também pode ser visto um tinteiro-escrivãinha em bronze, trazido da Europa em 1868 pelo então senador Visconde de Aباeté.

Retrato de Décio Villares exalta os ideais da Revolução Francesa



Dama da República pode ser vista no Museu do Senado. Visitas são agendadas pelo telefone (61) 311-2149.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Reportagem: Eliana Lucena, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e

Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltró Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Muito cuidado com o que você come!

Desde o momento em que saem do campo até chegarem ao prato, os alimentos percorrem longo caminho. Se não forem manipulados corretamente, com higiene e segurança, eles oferecem riscos à saúde, principalmente às crianças, idosos, gestantes e pessoas com baixa resistência imunológica.

As principais doenças de origem alimentar – infecções e toxi-infecções – são cau-

sadas por fungos, vírus e bactérias. Esses microorganismos nem sempre alteram a cor ou o cheiro dos alimentos, tampouco podem ser vistos a olho nu. Nos últimos cinco anos, o Brasil registrou 749 surtos de infecção por salmonela. Desse total, 277 foram causados pelo consumo de ovos ou maionese caseira contaminada. Também é freqüente a presença de pêlos e objetos, como pedaços de vidro, madeira e plásti-

co, em alimentos mal-elaborados.

Dores no estômago, náuseas, mal-estar e febre, que podem durar alguns dias ou evoluir para um quadro mais grave, são indícios de doenças causadas pela ingestão de alimentos contaminados. Na presença de algum desses sinais, é necessário procurar atendimento médico.

Em casa, o hábito de lavar as mãos e ter cuidados básicos na preparação e

conservação dos alimentos podem reduzir drasticamente o risco de contaminação. Já agricultores, fabricantes, distribuidores, transportadores, comerciantes e ambulantes devem adotar boas práticas nos serviços. Essas medidas preventivas garantem segurança e qualidade dos alimentos.

O *Especial Cidadania* traz as novas regras para o setor, informações e recomendações para manipulação de alimentos.

Dicas importantes

NA HORA DA COMPRA

✂ Adquirir produtos de boa qualidade, com procedência e registro nos órgãos oficiais (Ministérios da Agricultura e da Saúde, SIF etc.), e com a embalagem intacta. Devem constar do rótulo as datas de fabricação e de validade, nome e endereço do produtor, registro do produto, suas características, composição, instruções sobre conservação e utilização do alimento.

✂ Observe as geladeiras e os congeladores dos estabelecimentos. Eles não podem estar abarrotados e devem ter termômetros que permitam a leitura das temperaturas, que têm de estar entre 0°C e 10°C para produtos resfriados e em -18°C para alimentos congelados.

✂ Verifique se os alimentos não estão expostos ao calor, à umidade ou se encontram próximos de outros produtos que possam comprometer a sua qualidade.

✂ Os alimentos perecíveis devem ser comprados por último, rapidamente levados para casa e colocados em refrigeração.

✂ Os alimentos prontos que são consumidos quentes devem estar armazenados e expostos em temperaturas superiores a 65°C.

✂ Os funcionários devem usar uniformes, manter boa higiene pessoal e, ao manipular os alimentos, seguir as normas de higiene: usar touca para cabelo, avental, luvas e lavar freqüentemente as mãos.

EM CASA

✂ Cozinhe bem os alimentos. A temperatura deve chegar a pelo menos 70°C em toda a massa do alimento, interna e externamente. Na hora de reaquecer, a temperatura deve ser a mesma.

✂ Lave as mãos antes de iniciar o preparo dos alimentos, após qualquer interrupção e ao manipular alimentos diferentes. Em caso de cortes ou feridas das mãos, você deve cobri-los antes de entrar em contato com os alimentos. Lave a tábua de corte de alimentos após cada uso.

✂ Mantenha higienizados todos os equipamentos, superfícies e utensílios da cozinha. Para isso, utilize água fervente ou álcool a 70% ou solução de cloro.

✂ Descongele e dessalgue os alimentos na geladeira.

✂ Se a fonte de água não é confiável, ferva-a antes de utilizá-la nos alimentos ou de transformá-la em gelo.

Atenção

- » Antes de consumir alimentos em bares, restaurantes e cantinas, verifique as condições de higiene do local e dos funcionários e se os alimentos estão expostos corretamente e na temperatura ideal. Se for levar sobras para casa, transporte-as em embalagens térmicas. Ao chegar na residência, coloque o alimento diretamente na geladeira.
- » Ao perceber alteração na aparência, coloração, cheiro ou sabor, não consuma o alimento. Reclame no local de compra, exigindo outro produto ou a devolução do valor pago. Caso o problema não seja solucionado, recorra ao Procon e denuncie ao serviço de vigilância sanitária do seu município.

Fontes: Prof. Yolanda Silva de Oliveira, da Universidade de Brasília (UnB), Programa de Alimentos Seguros e Procon-SP.

Informações

Disque Saúde - 0800 61-1997
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa
Tel.: (61) 448-1000
www.anvisa.gov.br

Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - Embrapa
Tel.: (61) 347-8706
www.embrapa.gov.br

Instituto de Tecnologia de Alimentos - Tel.: (19) 3743-1745
www.ital.org.br/cial

Sociedade Brasileira da Ciência e Tecnologia de Alimentos
Tel.: (19) 241.0527
www.sbcta.org.br

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) - www.sebrae.org.br
Serviço Nacional da Indústria (Senai) - Tel.: (61) 317-9769
www.senai.br

Programa Alimentos Seguros (Senai-RJ) - Tel.: (24) 2471-1004
www.alimentos.senai.br



Sem instalações adequadas e sem luvas, vendedor desprezita várias normas de higiene

Anvisa define novas regras e consumidor deve fazer denúncia de irregularidades

Cantinas, restaurantes, padarias, bufês, cozinhas industriais ou institucionais têm até março de 2005 para se adequar às normas de boas práticas para serviços de alimentação. Elas constam da Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A resolução define os procedimentos que devem ser seguidos na hora de manipular, preparar, acondicionar, armazenar, transportar e expor à venda os alimentos. Também estabelece critérios para garantir higiene nos equipamentos, instalações e utensílios; controlar a qualidade da água; prevenir doenças e pragas; manejar o lixo; capacitar profissionais; e supervisionar a higiene e a saúde dos que trabalham com alimentos.

Quem não seguir as regras estará sujeito a notificações

e multas, que podem variar de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão. Os estabelecimentos estão sujeitos ainda a ser interditados pela vigilância sanitária, caso estejam em desacordo com a legislação ou ofereçam riscos à saúde das pessoas. O regulamento completo pode ser encontrado no site da Anvisa.

A quem compete fiscalizar

Cabe aos órgãos de vigilância sanitária dos municípios, estados e do Distrito Federal fiscalizar os estabelecimentos comerciais e os alimentos neles vendidos. A Anvisa é responsável pela fiscalização dos portos, aeroportos e áreas fronteiriças.

Denúncias de irregularidades – como higiene precária dos estabelecimentos, alimentos estragados ou vencidos – devem ser feitas ao serviço de vigilância sanitária e ao Pro-

con do município, para a reparação ou o ressarcimento de eventuais prejuízos.

Também é recomendável que o consumidor informe o problema ao produtor, fabricante ou vendedor. O Código de Defesa do Consumidor traz os direitos dos clientes no comércio e nos serviços da área de alimentos. A exigência de nota fiscal é fundamental para formalizar reclamações. O Código possibilita ainda a visita do consumidor às cozinhas de lanchonetes e restaurantes.

Exija nota fiscal. Ela é fundamental para formalizar reclamações

Programa ensina boas práticas de higiene

Disseminar boas práticas entre empresas de alimentos é o objetivo do Programa de Alimentos Seguros (PAS). Criado em 2002, ele representa nova fase do Projeto Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), iniciado em 1988 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A idéia de amenizar ou evitar os perigos físicos, químicos e biológicos nos alimentos persiste até hoje, e as parcerias ampliaram-se. Elas agora

envolvem o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Anvisa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

Já foram atendidos 3.096 estabelecimentos, entre aqueles que concluíram o programa

e os que estão em andamento. Desses, 1.906 são quiosques e pontos ambulantes.

Para aderir ao programa, dividido em seis segmentos (campo, indústria, distribuição, transporte, mesa e ações especiais), os interessados podem se inscrever no site www.alimentos.senai.br ou procurar qualquer um dos parceiros (Sebrae, Sesi, Senai e Senar) da sua região. Além de consultorias, são oferecidas palestras e treinamento para funcionários e autônomos. Algumas atividades são gratuitas.